

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/03/2016 a 31/03/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária:** Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

## Índice

<b>Conselheiros avaliam desenvolvimento rural e planejam 2016</b> – Site do MDA. 01/03/2016.....	5
<b>Mudanças Climáticas tem novo comando.</b> Lucas Tolentino – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 01/03/2016 .....	6
<b>Condraf debate metas para 2016</b> – Site da FETRAF. 01/03/2016. ....	7
<b>Termina dia 31 deste mês inscrições de novas turmas do projeto ABC Cerrado.</b> Inez De Podestà – Site do MAPA. 01/03/2016. ....	7
<b>No Japão, microbolhas revolucionam indústria e agricultura.</b> Alexander Martin – Valor Econômico. 02/03/2016.....	8
<b>Agroecologia: a resistência da agricultura familiar no sertão.</b> Najjar Tubino – Carta Maior. 03/03/2016. ....	11
<b>ACRE: Lideranças extrativistas e Conab produzem plano para inclusão socioproductiva</b> – Site da CONAB. 03/03/2016.....	15
<b>Processo de Fixação Biológica de Nitrogênio em plantas pode reduzir emissão de Gases do Efeito Estufa</b> Site da CNA. 03/03/2016.....	16
<b>Técnicas sustentáveis reduzem impacto das mudanças climáticas na agricultura brasileira</b> – Site da CNA. 04/03/2016. ....	17
<b>Agricultura agroecológica faz resgate na Mata Atlântica.</b> Najjar Tubino – Carta Maior. 06/03/2016.....	18
<b>Caravana no RS: a marca da transição agroecológica.</b> Najjar Tubino. Carta maior, 07/03/2016.....	22
<b>Nova Zelândia oferece bolsa de estudos em agricultura e energia renovável para estudantes da América Latina</b> – Site da CNA. 07/03/2016. ....	25
<b>TAC prevê recuperação total do Rio Doce.</b> Paulenir Constâncio – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 08/03/2016 .....	25
<b>Mulheres representam metade dos fornecedores do PAA</b> – Site da CONAB. 08/03/2016.....	27
<b>Produtores da Paraíba conhecem o Sistema Integração-Lavoura-Pecuária para o Semiárido</b> – Site do MAPA. 08/03/2016.....	28
<b>Novas regras ambientais para a irrigação no Rio Grande do Sul</b> – Site da CNA. 08/03/2016.....	29
<b>Parceria para o fortalecimento da extensão rural no Brasil.</b> Gabriella Bontempo –Site do MDA, 09/03/2016.....	31
<b>Restauração do Cerrado paulista gera celeuma e poderá parar nos tribunais.</b> Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 09/03/2016.....	32

<b>Sistema FAMASUL assina termo de cooperação com Governo do Estado para recuperação de pastagens.</b> Carla Gavilan – Site da CNA. 09/03/2016. ....	36
<b>Operação combate extração ilegal de madeira</b> – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/03/2016 .....	37
<b>Mulheres camponesas continuam negociação com Secretaria de Desenvolvimento do RS</b> – Site do MST. 10/03/2016. ....	39
<b>Camponesas do MST e do MAB desocupam prédio do Incra em POA.</b> Catiana de Medeiros – Site do MST. 11/03/2016. ....	40
<b>Mulheres rurais terão mais investimentos à produção.</b> Gabriella Bontempo – Site do MDA. 11/03/2016.....	42
<b>Pelo desenvolvimento produtivo dos territórios</b> – Site do MDA. 14/03/2016. ....	43
<b>Desenvolvimento rural ganha espaço no Dialoga Brasil</b> – Site do MDA. 15/03/2016. ....	44
<b>Embrapa debate participação da agropecuária na emissão de gases do efeito estufa</b> – Site da CNA. 15/03/2016. ....	45
<b>Projeto Biomas, da CNA e Embrapa, capacita técnicos do INCRA no Paraná</b> – Site da CNA. 18/03/2016.....	46
<b>CNA destaca protagonismo brasileiro na preservação e produção florestal</b> – Site da CNA. 21/03/2016. ....	47
<b>Sistema CNA/SENAR comemora um ano do Programa de Proteção de Nascentes</b> – Site da CNA. 22/03/2016. ....	51
<b>PARAÍBA: Pescadores artesanais conhecem instrumentos de comercialização</b> – Site da CONAB. 21/03/2016. ....	53
<b>Projeto Biomas na Caatinga pesquisa essências florestais no Ceará e já apresenta os primeiros resultados</b> – Site da CNA. 21/03/2016. ....	53
<b>No Dia Mundial da Água, CNA lança estudo sobre o uso racional dos Recursos Hídricos</b> – Site da CNA. 22/03/2016.....	55
<b>Questões ambientais são debatidas durante Conferência</b> – Site da FETRAF. 23/03/2016.....	56
<b>O Novo Código Florestal e a ameaça de retrocessos.</b> Rodrigo Lima – Valor Econômico. 24/03/2016.....	57
<b>Embrapa lança plataforma de monitoramento do Plano ABC</b> – Site do MAPA. 24/03/2016.....	60
<b>Matopiba ganhará mais nove estações meteorológicas este ano</b> – Site do MAPA. 28/03/2016.....	62
<b>Produtores do Espírito Santo aprendem com o sucesso do queijo da Serra da Canastra</b> – Site da CNA. 28/03/2016.....	63

<b>Juventude rural quer desenvolvimento solidário.</b> Antônio Prates – Site do MDA. 29/03/2016.....	64
<b>Plano prevê compensação em terras mais baratas.</b> Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 29/03/2016.....	66
<b>Retrato da agricultura familiar em Rondônia.</b> Najjar Tubino – Carta Maior. 30/03/2016.....	68
<b>Um dos programas mais eficientes no combate às desigualdades no país está sob ameaça</b> – Carta Maior. 31/03/2016.....	71
<b>Projeto Biomas finaliza os plantios de 2016 no Pantanal</b> – Site da CNA. 31/03/2016. ....	72
<b>AMAZONAS: Conab orienta produtores de juta e malva</b> – Site da CONAB. 31/03/2016.....	74
<b>Cartilhas ensinam como cuidar de suínos desde a granja até os frigoríficos</b> – Site do MAPA. 31/03/2016. ....	75

## **Conselheiros avaliam desenvolvimento rural e planejam 2016 – Site do MDA. 01/03/2016.**

As metas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) para 2016 estão sendo alinhadas hoje (01) e amanhã (02), no auditório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. Conselheiros e conselheiras do poder público e sociedade civil estão reunidos avaliando a política rural, planejando as estratégias de atuação para o ano, e a incidência sobre as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Maria Fernanda Coelho, ministra interina do MDA, que participou da abertura do encontro, destacou a importância da participação social para o ministério. “Somos um rural heterogêneo. E é daí que vamos promover a mudança, dar um salto qualitativo. O Condraf, para nós do MDA, é um espaço privilegiado de escuta e de debate dessa nova ruralidade”, salientou. Maria Fernanda observou ainda a necessidade de representar a sociedade civil na sua diversidade. “Toda a expressão dos movimentos sociais, aqui representados, precisa estar nas políticas que implementamos no MDA. Podemos fazer muito mais”, assegurou.

Mas qual o diagnóstico sobre o contexto político e social dos últimos tempos? O Brasil tem uma estratégia consistente de desenvolvimento rural sustentável? As questões foram lançadas pelo professor Arilson Favareto, da Universidade Federal do ABC. “Nos últimos 20 anos, foram dados passos significativos no rural, com a interiorização do crescimento econômico. Porém, as políticas tiveram êxito parcial. Isso porque as mudanças estruturais precisam ser mais aproveitadas”, disse.

Segundo ele, apesar da melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e na renda familiar, além da redução da pobreza no rural, ainda há desafios. “A desigualdade permaneceu estável em muitos municípios, em especial no Semiárido e na Amazônia. Outro fator é que o Norte e o Nordeste ainda têm dependência dos repasses federais”, argumentou. Uma proposição seria integrar urbano e rural por meio de redes de ensino qualificadas no interior.

### **Participação e diversidade**

Sarah Luiza Moreira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), falou sobre a necessidade de parcerias para o fortalecimento da pauta rural em meio à crise. “Como planejar ações concretas para o ano em meio aos cortes de recursos?

O MDA é resultado de uma luta nossa, dos movimentos sociais. Não podemos perder as políticas públicas que têm trazido tantas mudanças para o Brasil”, refletiu. Para ela, o Condraf e o MDA, em 2016, devem evidenciar ainda mais, para o país, a importância da agricultura familiar e da produção saudável de alimentos.

Com críticas e proposições alinhadas, a ideia, durante o decorrer deste ano, é nortear, de forma cada vez mais qualificada, o MDA na execução dessas demandas trazidas por pesquisadores e pela sociedade civil. O intuito é promover e consolidar o desenvolvimento rural das comunidades do campo, das águas e das florestas.

---

### **Mudanças Climáticas tem novo comando. Lucas Tolentino – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 01/03/2016**

A área do Ministério do Meio Ambiente (MMA) focada em combater o aquecimento global terá nova chefia. Foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (01/03) a nomeação do engenheiro eletrônico José Miguez para o posto de secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA. Além disso, a doutora em estatística espacial Thelma Krug comandará a Diretoria de Políticas para o Combate ao Desmatamento.

Graduado em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e em ciências econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, José Miguez é mestre em pesquisa operacional pelo IME. Atuou como engenheiro da Petrobrás e também ocupou cargos de chefia nos ministérios de Minas e Energia (MME) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Integra a equipe de negociadores brasileiros nas conferências internacionais sobre mudanças climáticas.

Já a pesquisadora Thelma Krug é vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), braço científico das Nações Unidas que embasa as metas e acordos para redução de emissões de gases de efeito estufa. Desde 2002, a nova diretora de Políticas para o Combate ao Desmatamento do MMA atua no IPCC em áreas como a força-tarefa sobre inventários nacionais de gases de efeito estufa.

Doutora em estatística espacial pela Universidade de Sheffield (Reino Unido) e especialista mudança do uso da terra e florestas, Thelma Krug já ocupou o cargo de secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA). No Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desenvolveu

pesquisas sobre emissões em diversas áreas. Entre as áreas de atuação, estão recursos florestais e engenharia florestal e geociências.

---

### **Condraf debate metas para 2016 – Site da FETRAF. 01/03/2016.**

Metas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), serão discutidas hoje (1) e amanhã (2) no auditório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

Hoje (1) e amanhã (2) conselheiros e conselheiras do poder público e sociedade civil estão reunidos no auditório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), para debater as metas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) para o ano de 2016.

O encontro tem o objetivo de traçar estratégias para priorizar as ações referentes à política rural, planejamento das estratégias de atuação para o ano e a incidência sobre as ações do MDA.

É o que explica o coordenador geral da FETRAF/BRASIL e participante do debate, Marcos Rochinski. “Além de tratar das ações do Conselho, esse planejamento é de suma importância por se tratar de um momento onde o MDA soma esforços junto às organizações”, avalia.

---

### **Termina dia 31 deste mês inscrições de novas turmas do projeto ABC Cerrado. Inez De Podestà – Site do MAPA. 01/03/2016.**

Capitações serão feitas no DF e em sete estados que têm esse bioma

O prazo de inscrição para formação de novas turmas de capacitação em práticas sustentáveis do ABC Cerrado – projeto que apoia a redução da emissão de gás carbono na agricultura – vai até o dia 31 deste mês. As inscrições devem ser feitas apenas por meio do preenchimento da [ficha disponível na internet](#). Os cursos são gratuitos e se destinam a agricultores e técnicos agrícolas.

O projeto é coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e faz parte do compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE),

assumido pelo governo brasileiro durante a 15ª Conferência das Partes (COP 15), na Dinamarca, em 2009.

As capacitações têm vagas limitadas e a previsão é que comecem em março. Os cursos são dados por instrutores do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). A expectativa é que até o fim do primeiro semestre deste ano sejam atendidos, aproximadamente, 4,2 mil produtores e técnicos.

A carga horária das capacitações é de 56 horas, divididas em quatro encontros. As principais atividades do projeto são a formação profissional dos produtores nas tecnologias e a assistência técnica e gerencial de propriedades rurais

O ABC Cerrado é desenvolvido no Distrito Federal e em sete estados desse bioma: Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí e Minas Gerais. As capacitações serão realizadas no DF e nesses estados.

Segundo a Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo do Mapa, a meta do ABC é capacitar 12 mil produtores rurais em três anos (duração do projeto). Nesse período, 2 mil propriedades de Minas, Goiás, do Tocantins, Maranhão e de Mato Grosso do Sul também terão assistência gratuita por 18 meses.

---

### **No Japão, microbolhas revolucionam indústria e agricultura. Alexander Martin – Valor Econômico. 02/03/2016.**

Em estufas computadorizadas no oeste do Japão, incontáveis bolhas minúsculas, invisíveis a olho nu, são injetadas na água usada para irrigar tomates e morangos orgânicos em experimentos de cultivo.

O resultado são frutos maiores e mais suculentos e um aumento médio de 10% a 20% na produção ante a obtida usando água comum, afirma a empresa IDEC Corp., que opera as instalações de estufas no distrito de Hyogo, em Osaka, onde os experimentos estão sendo realizados.

Para algumas empresas, essas bolhas microscópicas são a próxima revolução. Dado seu amplo potencial - desde melhorar culturas e conservar alimentos frescos por mais tempo até possíveis aplicações em tratamentos de saúde e métodos de limpeza mais benéficos ao meio ambiente -, essas bolhas minúsculas, "finas" e "ultrafinas" estão despertando um grande interesse.



E o mercado global para elas deve saltar de cerca de US\$ 9,7 bilhões no ano passado para US\$ 39,5 bilhões em 2020 e US\$ 57,7 bilhões em 2023, segundo um estudo de 2014 encomendado pela Associação das Indústrias de Bolhas Finas, um grupo composto por mais de 60 empresas, incluindo a gigante dos cosméticos Shiseido Co., a fabricante de eletrônicos Sharp Corp. e a empresa de bebidas Kirin Co.

A IDEC, fabricante de produtos de automação e controle que é sediada em Osaka e tem ações negociadas na bolsa de Tóquio, está entre o crescente número de empresas apostando na tecnologia das bolhas. "É um campo interessante e promissor que o Japão está liderando, e esperamos que o mercado para isso cresça", diz Toshihiro Fujita, diretor de tecnologia da IDEC.

Embora as bolhas finas tenham diversas aplicações, Fujita, que também é vice-presidente da associação, diz que o interesse pela tecnologia nos Estados Unidos ainda é relativamente novo, o que dá uma vantagem competitiva a firmas como a IDEC, que produz os geradores de bolhas, e a Shimadzu Corp., que fabrica os aparelhos que pode medi-las com precisão.

A Kewpie Corp., fabricante de condimentos e líder do mercado de maioneses no Japão, vem injetando bolhas finas de nitrogênio em uma de suas marcas para dar a ela um sabor mais suave e uma vida útil mais longa nas gôndolas.

Empresas de frutos do mar, como a Marufuku Suisan Co., adicionam bolhas ultrafinas de nitrogênio nos tanques com água do mar para retardar a descoloração e ampliar o período em que os peixes se mantêm frescos.

A West Nippon Expressway Co., por sua vez, vem usando desde 2009 água sem detergente e carregada de bolhas ultrafinas para limpar banheiros de parques. O método reduz o consumo de água em cerca de 99% e o tempo de limpeza em pouco mais de 30%, além de atenuar os odores, afirma a empresa.

Acredita-se também que o impacto gerado pelo estouro das bolhas finas acelera a destruição de bactérias, o que torna as bolhas uma solução energeticamente eficiente e mais benéfica ao meio ambiente para limpeza e esterilização.

Usada nas lavouras, a água com bolhas ultrafinas pode acelerar a atividade dos microorganismos do solo, encorajando o crescimento das raízes das plantas e acelerando

a absorção de nutrientes. Essa água também contém um volume maior de oxigênio dissolvido do que a água comum.

Mas o que, afinal, são bolhas finas? Várias palavras têm sido usadas para descrevê-las, mas o Japão está tentando padronizar a terminologia referente a elas e caracterizar sua aplicação.

Uma proposta que o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão enviou em 2012 à Organização Internacional de Padronização - ISO, na sigla em inglês - afirma que as bolhas finas possuem, geralmente, um diâmetro de várias dezenas de micrômetros e são visíveis a olho nu apenas como uma turbidez na água.

As bolhas ultrafinas são ainda mais minúsculas, sendo menores que o comprimento de onda da luz - um único mililitro de água pode conter bilhões delas - e invisíveis a olho nu. Elas também têm uma capacidade peculiar de permanecer em líquidos por meses a fio, um fenômeno que os cientistas ainda não conseguiram explicar.

Até agora, mais cinco países, incluindo a China, Coreia do Sul e Reino Unido, estão participando da iniciativa de padronização, enquanto dezenas de outros estão envolvidos como observadores.

Yuki Shigeta, pesquisador da Mitsubishi UFJ Research and Consulting, um centro de estudos do grupo financeiro Mitsubishi UFJ, alerta que isso poderia ser um fator de risco para a saúde porque é difícil prever problemas em aplicações aparentemente benéficas sem compreender o mecanismo subjacente.

Ainda não foi identificado nenhum risco à saúde relacionado às bolhas finas ou ultrafinas. "Por isso a padronização é importante para estabelecer diretrizes", diz ele.

As bolhas finas também estão sendo aplicadas na medicina e outras áreas de saúde. Pesquisadores do mundo todo estão trabalhando para usar bolhas finas para administrar medicamentos com segurança através da corrente sanguínea. "Criar essas bolhas e protegê-las dentro do corpo pelo tempo suficiente para que elas atinjam seu destino é um desafio considerável", diz Maurice Wedd, presidente do comitê técnico da ISO para tecnologia de bolhas finas e especialista em caracterização de partículas.

O potencial agrícola das bolhas finas foi um atrativo para o holandês Eric van Berkum, especialista em horticultura e estufas, entrar na IDEC, no ano passado, como gerente de desenvolvimento de negócios. "É realmente a primeira inovação na água", diz. "Mudar

as propriedades da água e fazer plantas crescerem mais rápido e mais saudáveis, isso nunca havia sido feito antes."

---

**Agroecologia: a resistência da agricultura familiar no sertão. Najar Tubino – Carta Maior. 03/03/2016.**

Numa época de mudanças climáticas, quando parte do semiárido está em processo de desertificação, a agroecologia é a saída para a agricultura familiar.

Ouricuri (PE) – A última parte da Caravana Agroecológica da Chapada do Araripe tratou do projeto de pesquisa da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que na região foi realizado em quatro estabelecimentos rurais da agricultura familiar. É outra etapa, onde o método está sendo construído, elaborado, por técnicos, agricultores e agricultoras, pesquisadores de várias áreas e o movimento social. Em Ouricuri, ocorreram três oficinas. A dificuldade maior da pesquisa é levantamento de informações, basicamente, com visitas de campo às famílias e também na tipificação dos casos, afinal o assunto envolve formas diferenciadas de agricultura familiar. Acima de tudo, é um gigantesco esforço para expressar a atividade de milhões de agricultores, agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras envolvidas na produção de alimentos. E servir de instrumento para argumentar contra a visão da economia clássica de que a agricultura de “subsistência” desaparecerá, por não se enquadrar no capitalismo rural moderno, baseado em fertilizantes químicos e agrotóxicos. Na verdade, acontece justamente o contrário. Mesmo quando as mulheres ficaram sozinhas durante as décadas de 1960 a 1980, quando os maridos migraram para o sudeste a procura de emprego, fenômeno chamado de “as viúvas da seca”, as famílias não abandonaram a terra. Ou, quando migraram para o polo de irrigação do São Francisco, em Petrolina, voltaram novamente.

**Retrato da periferia na zona rural**

Os quatro exemplos não são comparados, não é esta a visão da pesquisa. O objetivo é mostrar as diferenças existentes entre sistemas tradicionais de agricultura familiar, com algum tipo de especialização e uso de insumos externo, ou totalmente agroecológico. Em Ouricuri, os pesquisadores envolvidos – Laeticia M. Jalil, Marcelo C. Cavalcante, Giovane Xenofonte e Gerardo C. Veiga- introduziram um novo tipo, chamado de “sem-sem”. Trata-se de uma família, que vive em 1,2ha, a 12 km de Ouricuri, numa área de pastagem, com 11 filhos, tem uma renda da produção de carvão de lenha da caatinga

encontrada na beira da estrada, e acessam aos programas do governo federal – Bolsa Família estão enquadrados como de alto risco para insegurança alimentar.

Dona Eliziê e seu Manoel Caúba mesmo assim mantêm uma horta, criação de pequenos animais – porcos e galinhas -, um roçado de feijão e milho, mas que depende da chuva. O filho mais velho, de 23 anos é empregado na fábrica de gesso, que utiliza da mão de obra barata dos jovens rurais e da difícil situação em estabelecimentos que não conseguiram implantar sistemas diversificados e tecnologias de convivência com o semiárido. Tem pouca participação política e social, baixa capacitação e escolaridade. É um retrato de agricultores e agricultoras, meeiros e posseiros, que vivem na zona periférica das cidades. Dona Eliziê ainda entrega parte dos benefícios sociais para o tio, que tem o título da terra, é uma espécie de pagamento pelo uso da terra.

### **Pai trabalhou como servo**

O segundo núcleo social, como são denominados na pesquisa, é formado por José Neto, Sileide, Ivoneide, Alzenir e Nayara. O sítio da família está localizado em Exú, a terra de Luiz Gonzaga, faz parte da bacia leiteira da Chapada do Araripe. Eles têm 10 subsistemas produtivos: gado, aves, peixe, roçado – cultivo de lavoura de sequeiro -, quintal produtivo, pastagem e capineira, entre outros. O pai dele trabalhava para um grande fazendeiro, como servo, não tem outra denominação para tal condição. Junto com outros 30 moradores exerciam as atividades sem receber, apenas pelo direito de usar um pedaço de terra para cultivar alimentos. O filho do dono foi amamentado pela avó, então eram considerados irmãos de leite. Quando morreu o dono, o filho deu as piores terras para o seu Zé Neto – 100 tarefas como o sertanejo mede as suas terras – corresponde na Chapada a 1/3 de um hectare.

Mas com o trabalho e a venda em um ano bom, conseguiram comprar uma terra melhor. Já acessaram as políticas sociais, o Programa um milhão de cisternas e em 2012 luz elétrica, dentro do Programa Luz para Todos. A maioria da renda agrícola do estabelecimento vêm da pecuária leiteira – ele produz com vacas crioulas de raças adaptadas -, com a venda de leite, queijo e manteiga. Mas da renda bruta 23% é autoconsumo. Esta é uma informação detalhada na avaliação econômica da pesquisa, para justamente retratar o que é invisível nas análises da economia clássica. Autoconsumo, trocas e doações, comuns nas comunidades rurais, além da participação política e social,

que traduz o grau de capacitação e aprendizado nos intercâmbios.

### **Dona Eliete trabalha sozinha**

O terceiro núcleo é de Eliete Macedo de Oliveira, uma área de 3,5ha que ela trabalha sozinha- as duas filhas já casaram. É um estabelecimento agroecológico, extremamente diversificado, com quintal produtivo, hortas, roçado, criação de animais. Dona Eliete teve um casamento difícil, o marido não deixava ela plantar frutíferas em volta da casa porque considerava desnecessário. O casal migrou três vezes para o Vale do São Francisco, até se estabelecer na Serra da Rancharia em Araripina. Posteriormente houve a separação, e passado algum tempo o ex-marido morreu.

“- Dona Eliete é uma grande experimentadora, supersticiosa e adepta de crenças tradicionais, faz reuso da água, cultiva, preserva e armazena uma diversidade de sementes, não só vegetal, mas também de animais, como galinha de capoeira, pavão, peru". A renda agrícola maior é da venda de aves e ovos, mas 76% da renda total é originária das atividades agrícolas.

### **Antes de ser um resquício são formas de resistências**

O núcleo quatro foi definido como uma agricultura familiar que tende a especialização, porque mantém algumas características da agricultura tradicional e a especialização fica por conta de um pedaço de terra irrigado, onde plantam milho e sorgo. A criação de caprinos e ovinos, criados soltos na caatinga também faz parte do sistema. A família de Deusimário, Lucimara e Carla Cristina tem três fontes de água: cisterna, cacimbão e um riacho. Entretanto, a produção é feita de forma convencional com uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, aplicado por eles mesmos. A maioria da renda é oriunda da atividade agrícola e 34% do produto bruto é de autoconsumo. Os custos de produção superam em 36% a renda agrícola monetária. Não realizam trocas ou doações.

“- A ideia central do estudo, registra o texto dos pesquisadores, é ampliar a capacidade de análise e observação da realidade da agricultura familiar camponesa. Entender as suas lógicas organizativas, produtivas e reprodutivas. Olhar os núcleos sociais como um espaço de vida, que nele cabem muitas formas de organização, de relações de poder, que tem na relação com a terra e a natureza a forma de produzir. Organizam seu jeito de viver,

guardam conhecimento, antes de ser um resquício são resistências”.

### **Protagonismo de mulheres e jovens**

Uma das linhas da pesquisa é o protagonismo das mulheres e dos jovens. Situação complicada na Chapada do Araripe, onde parte migra para a cidade atrás de emprego na indústria do gesso, ou parte vai estudar nas escolas urbanas fora do contexto rural. Porém, o objetivo é avaliar o comprometimento de homens, mulheres e jovens com o trabalho na terra, o que pesa mais para cada um. É claro que as mulheres trabalham mais, mesmo quando dividem com o marido algumas tarefas, porque o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos recai sobre ela. Ou, no período de estiagem, quando os maridos saem da Chapada, as mulheres tem que dar conta de tudo.

Numa época de mudanças climáticas, quando parte do semiárido está em processo de desertificação, a produção agro ecológica é a saída para a agricultura familiar camponesa. Como enfatiza Paulo Tercem, da AS-PTA:

“- A palavra chave que define a agro ecologia é uma nova visão do mundo, da economia. Não é uma questão de não participar do mercado, é preciso saber qual mercado. Também somos favoráveis que os agricultores e agricultoras intensifiquem a produção, mas de forma diversificada, com o trabalho dividido de forma igual entre homens, mulheres e os jovens. Também precisamos salientar que renda não significa apenas dinheiro no bolso. Autoconsumo também é renda, banco de sementes, estoque de plantas, biodiversidade, isso também é renda considerada invisível. A revitalização da cultura local nos territórios, do protagonismo das famílias, a livre troca do conhecimento, a valorização da criatividade. A mobilização social tudo isso está inserido na agro ecologia.”

O Projeto Promovendo Agricultura em Rede da ANA tem apoio do BNDES e da Fundação Banco do Brasil. É preciso registrar que o Instituto Nacional do Semiárido em parceria com a ASA está fazendo este trabalho há três anos em 10 territórios do nordeste. E as avaliações estão quase se encaminhando para a conclusão.

---

**ACRE: Lideranças extrativistas e Conab produzem plano para inclusão socioprodutiva – Site da CONAB. 03/03/2016.**

Elaborar um plano de ação para ampliar a inclusão socioprodutiva de extrativistas do Acre por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Este é um dos objetivos do Painel de Desafios para a Implementação da PGPM-Bio, que será realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nesta sexta-feira (04) em Rio Branco. O evento, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), contará com a presença de lideranças extrativistas da borracha, castanha e açaí.

Na ocasião também estarão presentes o diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia, João Marcelo Intini, representantes do MDA e do ministério do Meio Ambiente (MMA), secretarias de estado, entre outros órgãos.

O objetivo do plano de ação é aprimorar e fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o poder público de maneira integrada, com compromisso socioambiental, buscando ampliar as políticas públicas no estado. Para isso, será estabelecida uma agenda de atribuições compartilhada entre governo federal, estadual, municipal e sociedade civil.

Durante o evento, também estará em pauta a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como uma das principais políticas do governo federal de apoio à comercialização da produção familiar.

A PGPM-Bio é uma subvenção do governo federal a 15 produtos do extrativismo. Os extrativistas individuais ou organizados em associações e/ou cooperativas recebem um bônus na venda do produto coletado nas florestas, desde que o negócio tenha sido realizado por um preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal.

Nos últimos sete anos, foram aplicados mais de R\$ 27 milhões na Política, que visa o fortalecimento e o desenvolvimento socioeconômico das populações tradicionais, a permanência do homem na floresta e a garantia de renda, assim como a conservação, a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

---

## **Processo de Fixação Biológica de Nitrogênio em plantas pode reduzir emissão de Gases do Efeito Estufa Site da CNA. 03/03/2016.**

Considerada uma das tecnologias mais sustentáveis para agricultura brasileira, o processo de Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) tem despertado a curiosidade de produtores rurais que querem aumentar a produtividade no campo e implantar técnicas pelo Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Para falar sobre as possibilidades da tecnologia, especialistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) se reuniram com representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na última terça-feira, na sede da entidade, em Brasília.

A fixação biológica é um processo no qual o nitrogênio presente na atmosfera é convertido em formas que possam ser utilizadas pelas plantas. De acordo com o pesquisador da Embrapa Agrobiologia, Segundo Urquiaga, o inoculante, produto que contém microrganismos formadores de nódulos nas raízes das plantas (rizóbios), é adicionado à semente no momento da semeadura para produzir enzima nitrogenase e captar o nitrogênio atmosférico. “A soja é uma das culturas que demanda grande quantidade de nitrogênio e com a fixação biológica, a qualidade do solo aumenta e o impacto causado por adubos nitrogenados reduz”, explica Urquiaga.

O pesquisador esclarece que a tecnologia da inoculação tem uma contribuição global, para os diferentes ecossistemas, de aproximadamente 260 milhões de toneladas de nitrogênio por ano, sendo que a contribuição específica na agricultura é estimada em 60 milhões de toneladas. “A Embrapa realizou pesquisas nas culturas de soja, milho, feijão comum e feijão caupi e constatou um aumento na produtividade, redução de custo e emissão de gases de efeito estufa provocados pelos adubos”, afirmou Segundo Urquiaga.

A também pesquisadora da Embrapa Agrobiologia, Cristhiane Amâncio, apresentou os resultados de estudo, revelando que o ingresso de nitrogênio via fertilizante ou fixação biológica no solo segue como uma das fontes mais importantes de nitrogênio para as culturas. “Essa tecnologia reduz o impacto ambiental que causa a perda de matéria orgânica do solo. Constatamos que a agricultura familiar é o setor da economia onde as técnicas microbiológicas são mais necessárias”.



Para o consultor da Área de Tecnologia da CNA, Reginaldo Minaré, as apresentações foram importantes para ampliar o conhecimento sobre técnicas alternativas de agricultura de baixo carbono. “A fertilização de plantas tem impacto significativo no custo de produção e a tecnologia é uma vertente para dar suporte também à recuperação de áreas degradadas”, revela Minaré.

---

### **Técnicas sustentáveis reduzem impacto das mudanças climáticas na agricultura brasileira – Site da CNA. 04/03/2016.**

Plantio direto, Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) para recuperação de pastagens degradadas. Esses são alguns exemplos de técnicas sustentáveis, utilizadas no Brasil, que têm minimizado a emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera. O estudo “Riscos de Mudanças Climáticas no Brasil e Limites à Adaptação”, divulgado nessa quarta-feira, (02/03), pelo Centro de Monitoramento de Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), em parceria com a Embaixada do Reino Unido no Brasil, revela que, no ano de 2100, o aquecimento global pode chegar ao limite de 4° Celsius em relação à era pré-industrial e trará riscos significativos à agricultura, saúde e biodiversidade.

Os impactos das mudanças climáticas são estimados para um cenário futuro em que os países não cumpriram as metas para reduzir a emissão de gases e amenizar o aquecimento global. Entretanto, de acordo com o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Eduardo Assad, o Brasil utiliza técnicas sustentáveis, como produção de sementes mais resistentes à seca e sistemas de conservação e restauração, reconhecidos pelo Programa Agricultura de Baixo de Carbono (ABC), que vão ajudar o país a sofrer menos as consequências das mudanças climáticas. “O cenário preocupa, mas o país tem condições de continuar como grande produtor mundial de alimentos”.

Os dados do estudo mostram os possíveis riscos do aquecimento global se a temperatura subir entre 3°C e 4°C. Na agricultura, por exemplo, o risco aumenta substancialmente em função das altas temperaturas e deficiência hídrica. Haveria uma redução das áreas de baixo risco para as plantações de milho, feijão e arroz. A cultura do feijão seria afetada com perda de 57% das áreas de baixo risco. Segundo o estudo, “em termos nacionais, a tendência é que as lavouras afetadas migrem para o norte do Estado de Mato Grosso. Entretanto, cultivares com alta tolerância a seca e deficiência hídrica serão lançadas no

mercado e sistemas de produção mais sustentáveis serão adotados. Isso poderá minimizar os efeitos do aquecimento global”.

O climatologista e presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Carlos Nobre, defendeu que a análise das consequências atuais e futuras de elevação da temperatura em 4°C é um aspecto crucial para a agricultura brasileira, já que ela é afetada pelo aumento da concentração de Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>). “O estudo é um alerta para o nosso país e para o mundo. A notícia boa é que além das técnicas utilizadas na agricultura, o Brasil é protagonista quando o assunto é negociação climática”, afirmou o presidente da Capes.

Para o coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Nelson Ananias Filho, o país sentirá os efeitos do clima, mas se comprometeu, na 21ª Conferência do Clima (COP 21), em Paris, a desenvolver políticas públicas de reflorestamento, reduzir os custos de financiamento às atividades sustentáveis de produção e mais investimentos em ciência e tecnologia. “Minimizar os riscos significa formular políticas públicas que priorizem a mitigação”, concluiu Nelson.

---

### **Agricultura agroecológica faz resgate na Mata Atlântica. Najjar Tubino – Carta Maior. 06/03/2016.**

O Rio Grande do Sul possui um dos mais tradicionais modelos de agricultura familiar, que ocupa 30% da área agrícola.

Osório (RS) – O Brasil é o país da diversificação de povos, de culturas, de territórios, de sistemas de produção da agricultura familiar. Esta é uma das características das Caravanas Agroecológicas que a ANA organiza: mostrar as diferentes realidades do país, seus conflitos e suas vitórias diante do agronegócio e da modernização agroquímica do campo. O Rio Grande do Sul tem mais de 378 mil famílias, é um dos mais tradicionais modelos de agricultura familiar, porque decorre da herança europeia, das imigrações de portugueses, alemães e italianos. Ocupam 30% da área agrícola. A Caravana Agroecológica percorreu morros e vales do litoral Norte, região composta por 23 municípios cortados pela BR-101, de um lado o Atlântico Sul e de outro a Serra Geral. O local do evento, que também serviu como plenária para a Rede Ecovida de Agroecologia foi o salão paroquial da Capela Santa Rita de Cássia, no Morro da Borússia, a quase 500 metros de altitude.

Estavam presentes representantes de várias regiões do estado, principalmente do Núcleo Solidário e também gestores públicos do MDA, da CONAB e da Fundação Banco do Brasil, que apoia o programa Promovendo Agroecologia em Rede, junto com o BNDES. É uma região produtora de banana, a principal renda das famílias, mas que ao longo dos últimos 30 anos têm expandido e diversificado sua produção incorporando uma das árvores mais devastadas da Mata Atlântica – a palmeira Juçara, variedade que produz açaí e também o palmito. Está em extinção, uma trágica realidade da Mata Atlântica, que começa na Bahia e se estende até o Rio Grande do Sul e que hoje resta em torno de 7% da vegetação original.

### **Banana consumo nacional com agrotóxico**

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de banana – 7 milhões de toneladas – a maior parte consumida no mercado interno. Infelizmente o sistema de produção inclui o uso de agrotóxicos, inclusive no próprio cacho da banana, para render uma padronização futura, como tamanho da penca e a cor amarela. A banana orgânica é diferente, um pouco menor e de cor amarelo mais escura, às vezes, com pontuações marrons. Mas não tem veneno. O casal Paulo Cesar e Cláudia, onde foi realizada a visita de campo planta dois hectares de banana na encosta do morro e há dois anos tem certificação de produto orgânico. A área ainda está em nome do pai, têm 10 hectares e constitui um sistema agroflorestal, com mata atlântica nativa, e árvores e arbustos, gramíneas em meio ao bananal.

Paulo não tem mais dor de estômago, problema que ele atribui ao uso do veneno e também dos 80 sacos de adubo que precisava aplicar no bananal duas vezes por ano. Uma caixa de banana convencional de 20 kg custa em torno de R\$12 a R\$15, enquanto a banana orgânica custa R\$28. Porém, a transição para a agroecologia demora em torno de dois anos, a produtividade cai e os intermediários não aceitam comprar o produto, pelo aspecto diferenciado. Este é um processo comum a centenas de famílias que aderiram aos princípios da agroecologia na região. Um trabalho que contou com a persistência de técnicos, ativistas de organizações sociais, ambientalistas e de algumas ações de governos em épocas específicas. As duas organizações mais citadas são o Centro Ecológico que tem uma sede em Dom Pedro de Alcântara, perto de Torres – a outra fica na Serra no município de Ipê – e a Ação Nascente Maquiné (ANAMA).

## **Formação de cooperativas de produtores e consumidores**

A expansão envolve a capacitação de agricultores e agricultoras, a busca de novas formas de produção, produtos locais, como as frutas nativas – não é uma região produtora de grãos -, a manufatura da matéria prima e a comercialização. No fundamento disso a educação e o envolvimento das prefeituras de municípios como Mampituda, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Morrinhos do Sul, Osório e Santo Antônio da Patrulha. Também inclui a formação de cooperativas de produtores e de consumidores, que pagam uma mensalidade fixa e compram verduras, frutas e processados pelo preço de custo.

E as políticas públicas como PNAE, PAA, PRONAF e agora o ECOFORTE, dentro do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica com 18 projetos no RS, envolvendo desde o processamento do pinhão, frutas nativas como açaí, butiá, araçá, ou de legumes e verduras, com miniprocessadores, para picar as sobras da feira, embalar ou produzir sopa. Tanto para merenda escolar, como redes de supermercados.

## **Rede Ecovida de Agroecologia**

A maior experiência neste sentido é a Rede Ecovida de Agroecologia que integra 28 núcleos, 4,5 mil famílias, mais de 200 feiras ecológicas, pontos de comercialização diferenciados, até mesmo na CEASA, caso de Florianópolis. A Ecovida integra as famílias em grupos, que depois se organizam em núcleos – desde 1998. Funciona através de um sistema de seis rotas, integrando municípios de diferentes regiões, intercambiando produtos, baseados nos princípios da economia solidária e da agroecologia. As rotas levam a quatro capitais: Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e São Paulo. Criou uma diversificação grande de produtos, mais de 100 itens, desde verduras e frutas in natura, até processados e produtos industrializados, como sucos e bebidas. Além disso, criou o seu próprio sistema de certificação, baseado na participação coletiva – agricultores e agricultoras, técnicos e consumidores (as). O Sistema Participativo faz parte da legislação brasileira de produção orgânica, o Brasil foi o primeiro país do mundo a criar este tipo de instrumento. Como diz Laércio Meirelles, do Centro Agroecológico, um carioca que está desde 1999 na região:

“- A Rede Ecovida é uma espaço de articulação e promoção da agroecologia, baseado na troca de experiências entre produtores, técnicos e consumidores e as organizações sociais.

Nós criamos a metodologia de certificação na década de 1990. Ela tem um custo muito menor do que a auditoria externa, mas sobretudo é uma forma de intercâmbio de conhecimento. Embora a gente preencha papéis para enviar ao Ministério da Agricultura, é uma forma de certificação que avalia e avaliza mutuamente.”

### **Resgate do açaí**

Atualmente 30% dos certificados de produtos orgânicos do Brasil são da Rede Ecovida. Outro aspecto da Rede Ecovida é a prioridade da segurança alimentar das famílias e da composição dos preços, que é discutida entre os associados. As associações que vendem também são obrigadas a comprar produtos de outras entidades. Garante o intercâmbio de produtos entre os núcleos regionais, além da regularidade e da quantidade. A grande novidade para quem vem de fora certamente é a expansão do açaí. O biólogo Sidilon Mendes, que já foi secretário da agricultura de Três Cachoeiras e hoje é o presidente da Cooperativa de Consumidores do município é um dos participantes desse movimento. Em 2015, foram processados no litoral norte sete toneladas de açaí juçara. Segundo Sidilon para 2016 o número pode quase triplicar – 20 toneladas. A história do aproveitamento do fruto da juçara, que anteriormente caminhava para a extinção por conta da procura pelo palmito, onde a palmeira é cortada, começou em 1988. A paraense Edith Pessete, que vivia no litoral sul de Santa Catarina, identificou a palmeira Juçara, como idêntica a do Norte – são duas espécies diferentes. Fez o que todo paraense aprende há séculos.

### **Teia de Educadores ambientais e merendeiras**

Um engenheiro florestal, Jorge Vivant, muito conhecido na região espalhou a novidade. Em 2003, ocorreu o primeiro processamento no Rio Grande do Sul e em 2009 as crianças da rede pública de Três Cachoeiras começaram a comer vitamina de banana com açaí totalmente agroecológica. Vários outros municípios do litoral norte adotaram a receita. Sidilon conta que descobriu uma processadora – para retirar a polpa – telefonando a uma ferragem no interior do Pará. Hoje existem três processadoras de açaí legalizadas na região e outras que estão em processo de legalização. E muitas toneladas de sementes foram plantadas na Mata Atlântica.

As organizações sociais juntamente com os agricultores e agricultoras familiares também criaram uma rede de conhecimento sobre a palmeira Juçara – integrada por vários estados -, além de uma Teia de Educadores Ambientais, na sua maioria professores, que ajudam não apenas a conscientizar as crianças, mas também participam de visitas a campo, conhecem os sistemas agroflorestais e diversificaram as receitas do açaí. Trabalho de conscientização que envolve as merendeiras das escolas, responsáveis pela execução da merenda escolar. Periodicamente, são levadas em grupos de até 40 pessoas para conhecer os sistemas agroflorestais da agricultura familiar agroecológica.

Para quem não sabe o açaí é rico em antocianinas, que são antioxidantes, ou seja, conservam o organismo humano.

---

**Caravana no RS: a marca da transição agroecológica. Najjar Tubino. Carta maior, 07/03/2016.**

A agroecologia tem sido um caminho de liberação de áreas consumidoras de agrotóxicos e fertilizantes, reduzindo a contaminação do solo e das águas.

Osório (RS) – Nesta etapa foram analisados três estudos de caso, dentro do projeto “Promovendo Agricultura em Rede”, que a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) promove em todo o país – 18 estudos no total. O primeiro na Comunidade Aguapés, 25 km de Osório, de 23 há, da família Silveira da Costa; o segundo na Comunidade Rio da Panela, a 8 km de Mampituba, da família Souza e o terceiro na Comunidade Retiro, a 8 km de Três Forquilhas. Todos produzem banana e tem apenas um descendente ainda na propriedade. O primeiro é especializado, o segundo agroecológico diversificado e o terceiro diversificado com o protagonismo da mulher. Os três agroecossistemas passaram pela transição, saindo da produção convencional, com o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, para a orgânica, com certificação. Os três participam da Rede Ecovida de Agroecologia. A pesquisa foi realizada por Gustavo Martins, da Ação Nascente Maquiné.

“- A agroecologia tem sido um caminho de liberação de áreas até pouco tempo consumidoras de agrotóxicos e fertilizantes e, este processo foi definitivo para a redução da contaminação do solo, das águas e também à exposição de quem produz e quem consome”, registra a pesquisa.

Comercialização com atravessadores

A região recebeu famílias de imigrantes europeus e viveu em função dos ciclos econômicos estabelecidos. A falta de terra é um dos maiores problemas, porque a faixa entre o litoral e a serra é estreita, e os agricultores acabaram desmatando as encostas, primeiro plantando cana-de-açúcar e mais recentemente a banana. A produção para o autoconsumo sempre esteve presente no cotidiano dessas famílias. Formação de pomares, criação de galinhas e porcos e gado leiteiro. Entretanto, a produção convencional sempre esteve sujeira a atravessadores e aos desequilíbrios do mercado. Isso define os períodos de êxodo rural e a procura atividades fora da propriedade. “- A produção para o autoconsumo, a baixa dependência da força de trabalho externa aliados a baixos custos de produção e consumo intermediário são características dos três casos, assim como a tendência de garantir maior autonomia frente ao processo produtivo”, relata Gustavo Martins.

#### Protagonismo das mulheres

O método dessa pesquisa envolve uma série de questões, a começar pela tipologia das propriedades: é analisado o tamanho da área, emprego da mão de obra, nível de especialização, tipos de técnicas empregadas. Mais as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, na forma de usar os recursos naturais, na infraestrutura, na forma como os agricultores e agricultoras se organizam, as leis que dificultam ou apoiam a agricultura; o destino final dos produtos e a forma de comercialização e a maneira de acessar conhecimento. Todas essas questões são discutidas em oficinas entre técnicos, associados de organizações sociais, agricultores e agricultoras. A seguir vão a campo coletar as informações.

O terceiro núcleo social, conforme a definição da pesquisa evidencia o protagonismo das mulheres na agroindústria familiar, basicamente, processamento de frutas nativas – palmeira juçara – e a produção de panificados e a farmácia coletiva, uma das atividades da Associação das Mulheres Agricultoras de Três Forquilhas (AMADECOM). É um trabalho voluntário para produção de fitoterápicos. A participação no Movimento das Mulheres Camponesas e em diversas capacitações das organizações da região, como o Centro Ecológico e a ANAMA. Em 2014, os integrantes do núcleo participaram do curso de Açaicultor oferecido pelo PRONATEC, realizado na escola da comunidade. E depois acessaram o Pronaf para montar a agroindústria.

Todos acessaram as políticas públicas

“- Há sete anos a agroindústria vem se estruturando para regularizar suas atividades: processamento dos frutos da Juçara, panificados, produção de geleia de frutas nativas, picadinhos de legumes. Produção foi vinculada ao programa do governo estadual Sabor Gaúcho, possibilita a comercialização de produtos agroindustrializados regularizados por pessoa física, com talão de produtor rural, desde que a matéria prima venha da propriedade” relata Gustavo Martins.

Os três núcleos também acessaram várias políticas públicas, como o PNAE e PAA na comercialização e o Programa Mais Alimentos para aquisição de pequenos tratores, o que é um alívio no trabalho diário no bananal – um cacho de banana pesa mais de 10 quilos e é colhido morro acima. Todas as famílias mantêm juntas de bois usadas na preparação da terra e na retirada dos produtos da roça. Uma delas cedeu para um dos filhos. A transição agroecológica, com a certificação da Rede Ecovida, provocou uma mudança na lógica da comercialização da banana.

Antes o atravessador estipulava o padrão da banana – grande e amarela -, que na prática impõe o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. A passagem para a certificação orgânica demora dois anos em média, quando no início cai a produtividade do bananal. Hoje em dia, os agricultores e agricultoras da região conseguem vender a banana orgânica quase pelo dobro do mercado convencional em feiras, nas lojas das cooperativas, ou em pontos, como o de Caxias do Sul, onde são comercializados 10 a 12 toneladas por semana. Uma das cooperativas também negocia com a rede gaúcha de supermercados Zaffari.

Integração social mais evoluiu

A integração social foi um dos índices da pesquisa de maior evolução ao longo do tempo na história das famílias e das comunidades. É um reflexo da construção social do território, que disseminou o conhecimento técnico, a integração entre as famílias, diversificou a produção para o autoconsumo, com o aproveitamento das frutas nativas, a manutenção da Mata Atlântica e a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. O valor agregado que as famílias obtiveram também é acompanhado pela redução no custo de produção, em consequência da dispensa no uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.



“-Se a Monsanto dependesse de mim para comprar um litro de veneno ia morrer de fome”, comenta Dirceu Gonçalves Felal, agricultor de Mampituba que participou das duas horas de conversa no bananal de Paulo Cesar Silva e Cláudia. A agroecologia para estas comunidades é um caminho único, não tem volta.

---

### **Nova Zelândia oferece bolsa de estudos em agricultura e energia renovável para estudantes da América Latina – Site da CNA. 07/03/2016.**

Latinos americanos interessados em estudar na Nova Zelândia, nas áreas de agricultura e energias renováveis, têm até o dia 30 de abril para realizar as inscrições no site [www.mfat.govt.nz/en/aid-and-development/scholarships](http://www.mfat.govt.nz/en/aid-and-development/scholarships). O governo neozelandês está oferecendo bolsas de estudos para mestrado, com duração de até dois anos; e pós-graduação, de até um ano, prioritariamente para candidatos com idade entre 18 e 39 anos.

Para se candidatar é preciso ter no mínimo 18 anos, ser cidadão do país do qual você se inscreve, ser residente deste país pelos últimos dois anos e concordar em retornar ao país de origem após a conclusão da bolsa.

No curso de mestrado as disciplinas abordadas são: o desenvolvimento da agricultura, gestão de agrobusiness, economia agrícola, sistemas agrícolas e de gestão, desenvolvimento rural, cadeias de fornecimento e distribuição interna, produção vegetal, pecuária, manejo da cultura, sericultura (produção de seda), silvicultura, pesca, aquicultura, manejo de pragas agrícolas, biossegurança, biotecnologia, comércio agrícola, produção de alimentos, processamento pós-colheita, armazenamento e embalagem de alimentos e segurança alimentar.

Na pós-graduação, os conteúdos são: energia renovável solar, engenharia hídrica e eólica, sistemas de distribuição de energia renováveis. Atualmente, sete brasileiros são bolsistas na Nova Zelândia, em cursos de especialização e mestrado.

---

### **TAC prevê recuperação total do Rio Doce. Paulenir Constâncio – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 08/03/2016**

Em resposta às críticas ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a mineradora Samarco, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e o Governo Federal, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou, nesta terça-feira (08/03), que não haverá limites de gastos até que toda a área da bacia do Rio Doce, impactada pela

lama da barragem de Fundão, em Mariana, seja totalmente recuperada. “Exigimos toda a recuperação da área impactada e todas as compensações pelo que não puder ser recuperado”, afirmou.

Os R\$ 26 bilhões previstos inicialmente no TAC são apenas uma estimativa e não um valor fechado. “Se tiver que ser gasto mais do que está previsto, será gasto mais do que está previsto”, salientou a ministra. Disse, ainda, que serão assegurados todos os direitos daqueles que foram atingidos pelo desastre ambiental. “Vamos devolver à população o seu modo de vida”, disse.

Segundo Izabella, a partir da homologação do TAC pela Justiça, as obras de recuperação e restauração tem condições de começar imediatamente. A primeira medida será a dragagem de parte dos milhões de metros cúbicos de lama despejados no rio. Até dezembro, a mineradora terá que dragar 100Km de leito do Doce, no trecho que vai de Mariana até a barragem de Candongas, na Zona da Mata mineira.

Está prevista no TAC a recuperação de 40 mil hectares de áreas de preservação permanente e de 5 mil nascentes ao longo do rio. Segundo a ministra, o entendimento é inovador e antecipa soluções que poderiam se arrastar por anos na Justiça. Até que seja recuperado o rio, a Samarco se comprometeu a buscar abastecimento de água potável alternativo para os 39 municípios afetados. A expectativa é de que, em 15 anos, o rio esteja em melhores condições ambientais do que quando foi atingido pelos rejeitos de Fundão.

De acordo com a ministra, toda a responsabilidade pela recuperação do Rio Doce é da empresa, e suas controladoras, a Vale e a BHP, e a ela caberá fazer as obras, que serão definidas com participação ampla das populações atingidas. O poder público não aplicará nenhum recurso nas obras e o Ministério Público, o governos dos dois estados e o governo federal se somaram para assegurar a fiscalização e cumprimento do TAC.

A ministra e o procurador federal Renato Vieira, da Advocacia Geral da União, falaram ao Bom Dia Ministro, programa da NBR, respondendo perguntas de radialistas de Mariana, Colatina, Regência e Salvador. O procurador esclareceu que, qualquer morador da área atingida ou pessoa com direito legal para buscar reparação, poderá recorrer caso não se sinta contemplado pelo que foi acertado. “O acordo não substitui as ações na Justiça”, afirmou ele

**Mulheres representam metade dos fornecedores do PAA – Site da CONAB. 08/03/2016.**

As mulheres ocupam destaque nos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Elas representam metade dos fornecedores do Programa, com 19.165 agricultoras beneficiadas em 2015.

A participação feminina é mais expressiva no Nordeste, com percentual de 57% do total nesta região, o que representa cerca de 7 mil mulheres. O Centro-Oeste vem na segunda colocação, com 51%, seguido do Sudeste, Norte e Sul com 49%, 47% e 40% respectivamente.

Caso emblemático é a Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Luziânia (COOPERLUZ). Localizada no município goiano de Luziânia/ GO, conta com 110 agricultoras familiares que produzem hortifrutis, em sua maioria orgânicos e livres de agrotóxicos, que são destinados a abrigos e associações beneficentes da cidade.

A Cooperativa de Comercialização da Economia Solidária (COOPERXIQUE), localizada em Mossoró, no Rio Grande do Norte é outra beneficiada pelo Programa com fornecedores majoritariamente mulheres. Formada por 12 agricultores familiares, sendo 10 mulheres, o projeto tem duração de 6 meses e prevê a entrega de 29,5 toneladas de hortifrutis ao Serviço Social do Comércio (Sesc) do município Potiguar, o que beneficia mais de 16 mil pessoas.

O resultado é reflexo da resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA, implementada em agosto de 2011. O dispositivo determina como obrigatória a participação de pelo menos 40% de mulheres do total de produtores para que a associação ou cooperativa possa participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta com Doação Simultânea. Para as modalidades Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite) e Formação de Estoques, o percentual é de 30%.

Em todo o país, a Conab operacionalizou em 2015 cerca de R\$ 287 milhões em todas as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Programa, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tem como finalidade essencial o fomento à agricultura familiar por meio da compra de sua produção.

Os alimentos adquiridos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pela rede pública e filantrópica de ensino e saúde, e pelos equipamentos de alimentação e nutrição e de segurança pública.

---

### **Produtores da Paraíba conhecem o Sistema Integração-Lavoura-Pecuária para o Semiárido – Site do MAPA. 08/03/2016.**

Mapa e Embrapa mostram como usar as práticas conservacionistas em regiões com baixa disponibilidade de água

O cultivo do milho em consórcio com gramíneas forrageiras no Sistema de Integração-Lavoura-Pecuária (ILP) tem potencial para se expandir no semiárido nordestino. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a ILP é uma opção viável para a recuperação de pastagens e de solos degradados e formação de palhada para o plantio direto no agreste. A ILP – uma das seis tecnologias recomendadas no Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) – na região foi apresentada a 230 produtores, técnicos, extensionistas e estudantes durante encontro no município de Lagoa Seca (PB).

"No consórcio do milho com espécies de braquiárias, a forrageira pode ter dupla finalidade: serve como alimento para a exploração pecuária, a partir do final da estação chuvosa, e, depois, para formação de palhada no sistema plantio direto", diz o pesquisador da Embrapa-Algodão, João Henrique Zonta. Ele participou do dia de campo sobre a ILP na Estação Experimental da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa), em Lagoa Seca, no último dia 2.

Zonta lidera o projeto Manejo de Gramíneas Forrageiras em Sistemas de Integração-Lavoura-Pecuária para as Condições do semiárido. O objetivo do projeto é avaliar espécies de gramíneas forrageiras e arranjos de semeadura para implantação desse sistema para as condições da região, visando maior adoção do ABC na região. O plano busca contribuir com a redução e a adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário.

O coordenador de manejo sustentável dos sistemas produtivos do Mapa, Elvison Nunes Ramos, também participou do encontro. Ele lembra que o sistema ILPF é válido para todo o Brasil, mas requer geração conhecimento para ser adaptado às diferentes regiões. "É

preciso ampliar o conhecimento e as opções para o semiárido, porque o clima é bastante específico e determina as culturas que deverão ser adotadas e as possibilidades de rotação. É um trabalho de pesquisa local para conhecer o que se pode utilizar para essa região.”

O produtor Maurício Hardman foi ao encontro para obter informações porque quer instalar um experimento de milho e sorgo integrados com pastagem. “O suporte técnico da Embrapa vai ser fundamental para termos uma iniciativa de sucesso, por meio da qual possamos fazer, próximo ano, um trabalho em escala comercial e ainda estimular outros produtores na região a aderir à ILP.”

---

### **Novas regras ambientais para a irrigação no Rio Grande do Sul – Site da CNA. 08/03/2016.**

O Decreto Estadual, assinado pelo governador José Ivo Sartori durante a Expodireto 2016, implementa novas diretrizes nos procedimentos de análise para a obtenção de Outorga do Direito de Uso da Água e ao Alvará de Construção das Obras. Em dois atos simultâneos, o governo do Estado busca implementar alterações na operacionalização dos órgãos ambientais nas autorizações e licenças necessárias aos empreendimentos produtivos que fazem uso de sistemas de irrigação.

Com esta iniciativa o Rio Grande do Sul passa a garantir mais segurança e transparência de seus processos aos empreendedores. Ao mesmo tempo, garante o controle sob adoção de padrões que tenham o menor impacto possível sobre a natureza. Para o assessor técnico do Sistema FARSUL, Eduardo Condorelli o maior benefício não está apenas na facilitação do processo. “Pelo observado nos documentos, fica evidente que o resultado de maior agilidade objetivado não se dará pela simplificação de análise ou mesmo pelo menor rigor ambiental, mas sim pela organização dos processos e procedimentos dos órgãos competentes”, comenta.

O Decreto prevê ainda os procedimentos para a Regularização Ambiental relativos a Outorga e Alvará dos reservatórios de água construídos no passado sem a observação dos devidos procedimentos atualmente necessários. Em outra iniciativa do Poder Executivo, foi protocolada no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) proposta de Resolução que para Licenciamento Ambiental de empreendimentos com uso de irrigação. Ela busca junto a sociedade a regulamentação, também em bases modernas, de

procedimentos claros, objetivos e seguros, tanto sob ótica ambiental quanto econômica e social.

O novo Decreto Estadual e futura Resolução do Consema trazem maior objetividade no que se refere aos documentos, procedimentos e estudos necessários para obtenção das autorizações necessárias. Também estabelece o fluxo documental que proporciona, conforme Condorelli. “Com este conjunto de ações, são estabelecidas bases modernas com vistas a segurança quanto a oferta de água feita aos produtores irrigantes, garantia da estabilidade física das obras que possam gerar risco ao meio ambiente e a vida humana. Também garante análise adequada dos impactos sobre o meio ambiente das futuras atividades licenciáveis”, avalia.

Sustentabilidade é tema no estande do SENAR

O estande do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-RS) e do Sistema FARSUL terá como tema central a Sustentabilidade no terceiro dia (9/3) da Expodireto Cotrijal 2016. Gratuitas e abertas ao público, as ações do espaço estarão voltadas ao uso consciente da terra em benefício do sistema de produção sustentável na produção no campo. A programação ocorrerá das 9h às 17h, com participação de técnicos do Senar-RS e especialistas convidados.

Dentro da temática, serão realizadas em formato de talkshow quatro oficinas técnicas, duas oficinas gastronômicas e uma palestra. O público poderá conhecer através das ações parte dos cursos oferecidos no RS em parceria com Sindicatos Rurais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Os técnicos irão apresentar alternativas de manejo que contribuem para preservação e maior rentabilidade do solo. Iniciativas como o plantio direto na palha, que além de evitar a erosão mantêm a umidade, item fundamental para algumas culturas desenvolvidas no Estado. Outra ação abordada será o plantio para cobertura, importantes aliadas para o enriquecimento do solo, como milheto, aveia, sorgo e o feijão guandu, as quais têm por características levar para superfície nutrientes localizados em camadas mais profundas do solo, como fósforo e o nitrogênio.

Os cuidados com a saúde do trabalhador do campo também estarão na pauta do dia. Serão demonstradas as formas adequadas de implantação de espaços confinados para executar atividades no meio rural, evitando a baixa oxigenação em ambientes como silos, galpões

e estufas. Outra oficina chamará a atenção para os hábitos da exposição solar no campo e os riscos de algumas doenças associadas, a exemplo do câncer de pele.

O público também poderá conferir o Momento X da Questão, palestra comandada por um especialista convidado. Esse encontro irá tratar dos mitos e verdades sobre o uso dos defensivos agrícolas. Em dois momentos do dia haverá ainda a Oficina Gastronômica, a acontecer na cozinha montada no palco central do estande. No espaço serão apresentadas duas receitas que priorizam o aproveitamento integral dos alimentos: panquecas coloridas recheadas com brócolis e ricota, além da maionese de milho verde.

A proposta da temática Sustentabilidade é estimular a produção de alimentos na forma sustentável na propriedade.

---

### **Parceria para o fortalecimento da extensão rural no Brasil. Gabriella Bontempo – Site do MDA, 09/03/2016.**

Patrus se reúne com representantes da CNA

O processo de estruturação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) está na reta final. Em pouco tempo, os agricultores familiares poderão contar com a ampliação da extensão rural no país. Para isso, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e o presidente da Anater, Paulo Guilherme Cabral, estiveram reunidos nesta quarta-feira (9), em Brasília, com representantes da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

“Os trabalhadores rurais precisam de orientação, para fazer a passagem da agricultura de subsistência para a agricultura que gere renda. Precisamos garantir a produção das famílias e a segurança alimentar da nação”, ressaltou o ministro ao destacar que ofertar o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é primordial para essa conquista.

No encontro, o presidente da CNA, João Martins da Silva Júnior, relatou a experiência exitosa que a entidade tem desenvolvido na Bahia. “A gente só vai mudar o campo se tivermos Ater. Nosso trabalho começou preparando alguns grupos para capacitar o homem do Semiárido, para enfrentar a gravidade da seca”, disse ao salientar que, hoje, a meta do CNA é orientar 500 mil produtores brasileiros, em cinco anos.

“Essa experiência pode e deve servir de inspiração no fortalecimento do extensionismo no Brasil. Acredito que podemos ser parceiros nesta ação”, afirmou o presidente da Anater, Paulo Guilherme.

### **Anater**

Criada pela Lei 12.897, de 18 dezembro de 2013, e oficializada por meio do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, a Anater, por ser uma paraestatal, vem para dar celeridade administrativa e agilidade nas contratações.

Entre as atribuições da agência, estão: credenciar entidades públicas e privadas; qualificar profissionais de assistência técnica e extensão rural; contratar e disponibilizar serviços; transferir tecnologia, pesquisas; monitorar e avaliar resultados; avaliar as entidades quanto a qualidade do serviço prestado.

O MDA, enquanto gestor da Política Nacional de Ater, preside o Conselho de Administração da Anater. O conselho é formado por representantes do Poder Executivo e de quatro entidades representantes da sociedade civil. São eles: ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e representantes de governos estaduais.

---

### **Restauração do Cerrado paulista gera celeuma e poderá parar nos tribunais. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 09/03/2016.**

Há em São Paulo um conflito pela implementação do Código Florestal muito similar ao que colocou em trincheiras diferentes ambientalistas e ruralistas há quatro anos, em debate nacional. O pivô do embate paulista é a restauração do Cerrado no Estado da Federação onde a terra é mais cara. O setor produtivo defende corrigir sua dívida ambiental no mesmo bioma, mas fora de São Paulo. Os ambientalistas se opõem - argumentam que São Paulo precisa ser reflorestado, as nascentes, protegidas, e que o passivo tem que ser pago por aqui ou nas proximidades.



O último round dessa disputa foi a resolução conjunta das secretarias do Meio Ambiente e Agricultura, de fevereiro. Procurou dar ordem ao imbróglio, mas não agradou. "O receio é que tudo isso vire um grande contencioso jurídico", diz Elizabeth Farina, presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (Única), com 120 associadas. "Esse processo foi muito mal conduzido. A orientação do governo de São Paulo é a de não confrontar o setor empresarial. Por essa razão, não há menção alguma ao Cerrado", diz o ex-deputado federal Fabio Feldmann (PSDB-SP), famoso pelo capítulo sobre Ambiente da Constituição.

Reformulado o Código Florestal, em 2012, coube aos Estados fazerem suas regras para, depois de identificados os passivos ambientais dos proprietários rurais, ver formas de restaurar as perdas. Em dezembro de 2014 a Assembleia paulista aprovou uma lei estadual que instituiu o Programa de Regularização Ambiental, o PRA. Os ambientalistas dizem que a lei foi feita na medida para o setor ruralista. Tratava de vários pontos complexos, alguns não contornados.

Uma dúvida é sobre quando começou a valer a Reserva Legal no Estado (20% da cobertura vegetal da propriedade), e se incluía ou não o Cerrado. Há interpretações distintas entre o setor produtivo e ambientalistas. Os cientistas, por seu turno, reforçam a importância do Cerrado como bioma de grande biodiversidade e fundamental para recarregar lençóis freáticos. A pesquisadora Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília, uma das maiores especialistas no bioma, define o Cerrado como "a caixa d'água do Brasil".

"Uma vez feita a abertura de áreas sob a vigência de leis que permitiam fazer isso naquele momento, tem-se uma área consolidada", diz Gustavo Junqueira, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). "Mas como o tema é polêmico, no último momento se tirou da lei a cláusula que regulava de maneira prática a temporalidade", segue, mencionando a lei de 2014.

Quando se passa a régua? No entendimento ruralista, o que foi aberto até 1989 "não era mata", diz Junqueira. Ele entende que a legislação do Cerrado de São Paulo é dessa data e, portanto, "quem abriu estava dentro da legislação". As grandes áreas de cana em Ribeirão Preto, Araçatuba, Barretos, surgiram nessa época. "Teria que se reconstituir um percentual enorme de áreas agrícolas em florestas. Quanto afetaria a produção agrícola esta insegurança jurídica?".

"É um ponto crítico", rebate o agrônomo Roberto Resende, da ONG Iniciativa Verde, que cita as menções ao Cerrado no Código Florestal de 1934, assim como a intenção de proteger florestas e "demais formas de vegetação nativa". Ele olha o problema por outro ângulo: "A maior parte do Cerrado foi ocupada antes de 1989. Na prática, se está dispensando da restauração todo o Cerrado paulista."

Ambientalistas passam a régua bem antes do setor produtivo. Dizem que a lei 2.223, de 1927, mandava extinguir formigueiros no Estado e grafava matas com dois "t" ao indicar que era preciso promover sua conservação e "reservar 10% da área total em florestas". Um decreto estadual de 1967 dispunha "sobre o uso de cerradões, cerrados e campos sujos". Ali se diz que "cerradões poderão ser derrubados mantido o mínimo de 20% da área da propriedade com cobertura arbórea localizada a critério da autoridade competente."

Outro ponto importante da discórdia, além da data e se o Cerrado tem que ser compensado ou não, é onde replantar. O Código Florestal permite que os proprietários rurais compensem fora do Estado o que desmataram a mais, desde que no mesmo bioma, mas diz que cabe aos Estados estabelecer áreas prioritárias. Na Assembleia Legislativa, durante a tramitação da lei, tentou-se garantir um dispositivo que assegurasse a compensação em São Paulo. Foi excluído.

A Secretaria de Meio Ambiente (SMA) seguiu a trilha, procurando fazer com que a compensação seja no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica, por razões evidentes. É uma questão crucial para a restauração florestal em São Paulo e para as bacias que influenciam a segurança hídrica paulista.

Em janeiro, o governador Geraldo Alckmin publicou um decreto regulamentando o Programa de Regularização Ambiental (PRA) dos imóveis rurais, mas deixando os conflitos em aberto. A SMA publicou uma resolução na sequência. Sem apoio político, foi logo revogada, diante da pressão ruralista. "Inviabilizava atividades e encarecia a operação", reclama Junqueira. "Todo o setor produtivo ligou para o governo", conta.

A resolução dizia que o proprietário que não respeitou a Reserva Legal e não quisesse replantar na propriedade, poderia fazê-lo em outro canto, desde que em uma bacia hidrográfica que atenda São Paulo. Poderia ser no Rio de Janeiro ou de Minas, por exemplo.

Com a grita ruralista, SMA e a secretaria da Agricultura publicaram a resolução conjunta. O produtor tem até 5 de maio (se o prazo não for prorrogado) para fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR), indicando se está em dia com a Reserva Legal. Pode optar pelo Plano de Regularização Ambiental (PRA). Se não optar, tem que fazer o plantio na própria terra.

A resolução diz que cabe aos técnicos da Secretaria da Agricultura analisar a ocupação do imóvel e se houve desmatamento irregular ou não. "A Agricultura tem o histórico da ocupação do Estado. Irá olhar se o imóvel atendeu ou não a legislação da época", diz Patricia Iglecias Lemos, secretária de Meio Ambiente. À pasta ambiental cabe definir quais as áreas prioritárias para a compensação. "Nosso foco é buscar favorecer a recuperação de bacias hidrográficas excessivamente desmatadas", diz ela. "A resolução traz coerência à restauração de São Paulo. Traz benefícios e é um guia para os técnicos que irão a campo", continua. "Quanto menos discricionariedade, melhor."

Em São Paulo há 326.680 imóveis rurais e restam apenas 14% de Mata Atlântica no Estado. Na conferência climática das Nações Unidas, a CoP-21, em Paris, "o Estado se comprometeu a restaurar 300 mil hectares até 2020, mas as estimativas mais conservadoras indicam que será necessário recuperar 350 mil hectares de Áreas de Proteção Permanente (APPs) para legalizar as propriedades rurais paulistas", escreveram em artigo no **Valor** Aurelio Padovezi, gerente de programas de florestas e água do World Resources Institute (WRI Brasil) e Marcelo Manara, consultor do Instituto Oikos de Agroecologia. Segundo eles, será necessário restaurar ou compensar 1 milhão de hectares de Reserva Legal em São Paulo.

O argumento dos proprietários paulistas, de querer compensar fora de São Paulo se motiva pelos valores menores da terra em outros lados, mas o risco, do ponto de vista ambiental, é São Paulo ficar sem nada. A falta de capacidade de controle dos órgãos ambientais dos Estados abrangidos pela Mata Atlântica é um complicador neste quadro, e faz com que a SMA procure fechar convênios para monitorar as iniciativas.

A confusão já tem impacto em empresas que plantam matas nativas para quem tem que compensar passivos. "Plantamos menos árvores em 2015 do que no ano anterior", diz Resende, da Iniciativa Verde. Há muitas dúvidas neste debate, segue. "Qual será a regra sobre as áreas de uso consolidado? A Secretaria da Agricultura tem a atribuição de decidir sobre a legalidade de desmatamentos mais antigos, se o proprietário terá que recuperar

ou não a Reserva. Mas qual será a diretriz aos técnicos? Se não tiver um manual muito claro, cada técnico agirá de um jeito."

---

**Sistema FAMASUL assina termo de cooperação com Governo do Estado para recuperação de pastagens. Carla Gavilan – Site da CNA. 09/03/2016.**

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL é uma das entidades parceiras do Programa Estadual de Recuperação de pastagens degradadas, lançado na tarde dessa terça-feira (8), pelo Governo do Estado.

O evento aconteceu no Centro de Convenções Rubens Gil Camillo, onde o presidente do Sistema FAMASUL, Mauricio Saito, assinou o termo de cooperação técnica com o governador Reinaldo Azambuja, dentre outras instituições.

O programa, denominado Terra Boa, prevê a recuperação do potencial produtivo de dois dos oito milhões de hectares de pastagens que apresentam algum grau de degradação e será gerido pela Secretaria de Produção e Agricultura Familiar (Sepaf).

Conforme apresentação, o incentivo oferecido pelo Estado viabilizará o custo do investimento que será realizado pelo produtor para recuperar a área degradada.

Na solenidade, Mauricio Saito contextualizou o Programa Mais Inovação, desenvolvido pelo SENAR/MS em mais de 30 municípios de Mato Grosso do Sul, que atende atualmente 200 produtores e que, em quatro anos, já recuperou 40 mil hectares. Para o presidente, a iniciativa do Governo do Estado traz benefícios ao produtor rural e a todo Mato Grosso do Sul.

“Partindo da premissa que nosso estado é estritamente agropecuário, a possibilidade de ampliar o leque de atividades, a partir de uma área degrada dentro da sua propriedade, sempre faz com o que produtor se sinta incentivado e possa melhorar os índices de produtividade”, afirmou.

De acordo com o secretário estadual de Produção e Agricultura Familiar, Fernando Lamas, o programa prevê impactos econômicos que vão desde o significativo aumento da capacidade de suporte das pastagens, incremento da produção de grãos, carne bovina, cana de açúcar e madeira, até o incremento do valor bruto de produção que pode chegar aos 12 bilhões.

“A finalidade principal é recuperar e manter a capacidade produtiva de áreas com pastagens degradadas ou em estágio de degradação, mas também trará benefícios sociais, como a geração de emprego, e ambientais ao contribuir especialmente com a redução da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera”, afirmou.

O governador Reinaldo Azambuja explicou que o programa Terra Boa será difundido por meio de 10 polos regionais, que irão promover a capacitação técnica e o monitoramento.

“Essas áreas vão ser monitoradas e cadastradas através do georreferenciamento em tempo real. O governo tem hoje ferramentas para acompanhar a evolução de todas essas áreas cadastradas e, por isso, não tenho dúvida que, com essas parcerias firmadas, vamos ter capacidade de alcançar o pequeno, o médio e o grande produtor rural”.

Além do Sistema FAMASUL, são parceiros do programa Terra Boa: Embrapa, Fundação MS, OCB/MS e organizações representativas dos elos da cadeia produtiva da agropecuária.

---

### **Operação combate extração ilegal de madeira – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/03/2016**

O Ibama, o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) fecharam serrarias e prenderam madeireiros em operação conjunta de combate à extração ilegal de madeira no Maranhão. A ação, iniciada na quarta-feira (09/03), resultou até o momento na prisão de 11 pessoas e na desativação de dez serrarias ilegais localizadas no entorno das Terras Indígenas (TIs) Alto Turiaçu, Caru e Awá, além da Reserva Biológica do Gurupi, no noroeste do estado. Cerca de 200 servidores participam deste trabalho.

A Operação Lignum (madeira em latim) é resultado de ação civil pública movida pelo MPF para impedir o avanço da degradação florestal em áreas protegidas e do trabalho continuado que as instituições públicas envolvidas vêm realizando na região.

Até a manhã desta quinta-feira (10/03), o Ibama realizou dez autuações por infrações ambientais, que totalizam R\$ 1,7 milhão em multas. Também foram apreendidos quatro caminhões e uma empilhadeira, além das dez serrarias embargadas e desativadas. A PF prendeu 11 pessoas envolvidas em crimes ambientais, sendo dez prisões em flagrante e uma preventiva, e também apreendeu duas armas. A PRF apreendeu oito caminhões

usados para transportar madeira ilegal e atua na segurança da operação, que teve apoio técnico da Polícia Civil de Goiás (GT3), da Polícia Civil do Distrito Federal (DOE) e da Polícia Militar Ambiental do Maranhão.

"Foi realmente um trabalho conjunto, realizado desde o planejamento até a operacionalização das medidas constritivas. Em diversos casos foi realizada inclusive a inutilização de equipamentos nas serrarias, que muitas vezes já tinham sido lacradas, autuadas, multadas e não poderiam, em circunstância alguma, estar funcionando", disse o procurador do Meio Ambiente e Populações Tradicionais do MPF/MA, Alexandre Silva Soares, em entrevista coletiva realizada nesta quinta-feira na sede do MPF/MA.

O coordenador-geral de Fiscalização Ambiental do Ibama, Jair Schmitt, afirmou que, nos últimos anos, como resultado das ações conduzidas por essas instituições, houve redução do volume de madeira explorada. "Em 2014 temos registros de cerca de 100 mil m<sup>3</sup> de madeira explorados. Em 2015 esse quantitativo caiu para 50 mil m<sup>3</sup> de madeira e a nossa expectativa, com o término dessa operação, é que a redução seja ainda maior", disse ele.

A madeira extraída ilegalmente das áreas protegidas é transportada em caminhões adaptados (toreiros) por ramais clandestinos até as serrarias, que processam e comercializam a madeira para consumo no Maranhão e em outros estados. Essa degradação tem causado grandes prejuízos para as TIs, que são o último maciço de floresta amazônica no estado, onde vivem indígenas inclusive em isolamento voluntário.

A exploração legal de madeira pode ser realizada por meio de planos de manejo florestal sustentável e do aproveitamento decorrente de autorização de supressão da vegetação para uso alternativo do solo. No entanto, essa não foi a situação verificada na operação, já que algumas áreas autorizadas foram fraudadas para acobertar madeira ilegal. Outras ações estão programadas para ocorrer em toda a região. "Com base nessas apurações iniciais de flagrante, foram instaurados 7 procedimentos que vão dar continuidade às investigações", afirmou o delegado Júlio Lemos Sombra, chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da PF.

"É gratificante participar de operações desse porte, porque o que se tira de mais importante são as palavras-chave para o êxito de qualquer operação: integração e cooperação, além de coordenação das ações", disse o superintendente da PRF no Maranhão, inspetor Paulo Moreno.

## **Mulheres camponesas continuam negociação com Secretaria de Desenvolvimento do RS – Site do MST. 10/03/2016.**

Entre as principais demandas apresentadas está o incentivo à produção agroecológica através da proibição do uso do agrotóxico 2,4-D e da pulverização aérea em assentamentos.

Nesta quinta-feira (10), mais de cem mulheres do MST e Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB) retornam à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural (SDR), em Porto Alegre, para obter retorno da pauta de reivindicações apresentada ao secretário-adjunto Iberê de Mesquita Orsi.

Entre as principais demandas apresentadas pelas camponesas na tarde desta terça-feira (8), está o incentivo à produção agroecológica através da proibição do uso do agrotóxico 2,4-D e da pulverização aérea em assentamentos, além de seminário estadual para discutir o impacto dos venenos nas áreas de reforma agrária.

“Sabemos das dificuldades e que a atual conjuntura do Estado não permite muitos avanços nas pautas dos trabalhadores camponeses, mas a expectativa é que elas sejam atendidas, principalmente aquelas que dizem respeito aos incentivos para a produção de alimentos saudáveis e melhorias em nossos assentamentos”, diz Sílvia Reis Marques, dirigente do MST.

Elas exigem ainda a renovação e ampliação do Programa Quintais Sustentáveis; execução imediata do Programa Camponês; anulação da titulação das áreas de assentamentos; acesso à água potável – a maioria dos assentamentos tem água imprópria para o consumo humano; manutenção das estradas e construção de escolas; financiamento de um programa estadual de proteção das nascentes; desapropriação de áreas estaduais para reforma agrária, entre outras questões.

A reunião com a SDR faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que mobilizou mais de 30 mil pessoas em 23 estados nos últimos dias. No RS, 1.200 mulheres ocuparam na terça-feira (8) o pátio da Yara Fertilizantes e o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Elas continuam acampadas na autarquia e ainda não há previsão para deixarem o local.

## **Camponesas do MST e do MAB desocupam prédio do Incra em POA. Catiana de Medeiros – Site do MST. 11/03/2016.**

Uma das principais pautas das mulheres que estavam acampadas diz respeito ao incentivo à produção agroecológica.

Depois de quase três dias de acampamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Rio Grande do Sul, as cerca de 1200 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos das Barragens (MAB) desocuparam na tarde desta quinta-feira (10), o prédio da autarquia, no Centro de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Uma das principais pautas das mulheres que estavam acampadas diz respeito ao incentivo à produção agroecológica. Elas reivindicaram um seminário estadual para discutir o impacto dos agrotóxicos; a proibição do uso do 2,4-D e da pulverização aérea; e a efetivação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) nas áreas de assentamentos. O seminário foi agendado para o próximo mês de agosto com o envolvimento do Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de outros órgãos governamentais e movimentos populares.

Ainda para impulsionar a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, as camponesas solicitaram que todas tivessem acesso a políticas públicas como o Fomento Mulher e Kit Feira. O superintendente regional do Incra, Roberto Ramos, informou que há previsão de liberação de R\$ 10,3 milhões para execução de 3440 novos projetos do Fomento Mulher e o comprometimento de licitar 40 novos kits para a realização de feiras no estado este ano.

Na pauta de reivindicações também constava a aquisição de novas áreas para assentar todas as famílias sem terra acampadas, atingidas e expulsas por barragens no estado, além da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) – hoje, os projetos de produção e o plano de desenvolvimento dos assentamentos dependem deste programa.

De acordo com Ramos, foram assegurados R\$ 497 milhões para manter os contratos de assistência técnica nas áreas de reforma agrária de todo o Brasil. Deste valor, R\$ 17 milhões são para execução do programa no RS até dezembro deste ano.



Sobre a destinação de novas áreas para a reforma agrária não há muitos avanços. Ramos disse que o Instituto enfrenta dificuldades para criar assentamentos, uma vez que “ninguém quer receber em Títulos da Dívida Agrária”. Já o Estado afirma que tem disponível áreas da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Instituto Riograndense do Arroz (Irga) para negociação com o governo federal.

Durante as reuniões de negociação para desocupação do local, o superintendente do Incra também falou sobre as dificuldades que a autarquia federal têm para atender as demandas das camponesas. Segundo ele, o Orçamento geral do Incra para 2016 é R\$ 714 milhões, metade do valor de 2013, e que este ano devem ocorrer "grandes cortes" de gastos nas superintendências regionais. “É um cenário de muitos cortes e dificuldades de acompanhar os assentamentos e realizar a reforma agrária”, declarou.

### **Avaliação MST e MAB**

Para a dirigente estadual do MST, Roberta Coimbra, a avaliação da luta pelos dois movimentos é positiva, principalmente no que diz respeito a estruturação da produção realizada pelas mulheres nas áreas de assentamentos.

“Trouxemos para os governos estadual e federal pautas bastante ousadas. Não tivemos todos os avanços que gostaríamos, mas conseguimos avançar em questões que são muito importantes para nós, sobretudo em relação ao Fomento Mulher e outras políticas públicas para o fortalecimento das agriculturas agroecológica e orgânica. Temos a compreensão de que, apesar de vivermos um momento difícil na política brasileira e no Orçamento dos governos, não podemos deixar de fazer a reforma agrária e de buscar melhorias para nossos assentamentos. É por isso que a nossa luta não se encerra aqui, ela vai continuar”, finaliza.

### **Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas**

A ocupação do prédio do Incra aconteceu na manhã desta terça-feira (8), após uma outra ocupação ter sido realizada no pátio da Yara Fertilizantes, também em Porto Alegre.

Em quase 60 horas de acampamento, várias reuniões foram realizadas com a autarquia federal e a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agrário (SDR), além de marcha e

audiência pública unificada com outras organizações civis sobre a reforma da previdência. Todas as ações fizeram parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que mobilizou mais de 30 mil mulheres em 23 estados.

---

### **Mulheres rurais terão mais investimentos à produção. Gabriella Bontempo – Site do MDA. 11/03/2016.**

“Temos total comprometimento com a conquista dos direitos das mulheres e, vamos trabalhar para manter os nossos compromissos, em sintonia com as propostas e reflexões que vierem de vocês”. Foi o que afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, nesta sexta-feira (11), último dia do Seminário de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, realizado em Brasília.

Às presentes, o ministro anunciou a nova chamada pública do Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf). “O objetivo é apoiar o beneficiamento e a comercialização dos produtos de grupos de mulheres rurais, visando à ampliação da renda, melhores condições de vida e maior dignidade”, ressaltou Patrus.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Humberto Oliveira, a iniciativa atende a uma demanda histórica das trabalhadoras rurais. “Sabemos que há uma desigualdade imensa no acesso das mulheres aos projetos de financiamento. Dessa forma, estamos lançando essa chamada pública, para atender a demanda das mulheres rurais no âmbito do Proinf”, explicou.

Poderão concorrer apenas projetos que beneficiem o público feminino dos territórios que tenham, em seus colegiados, comitês de mulheres ou câmaras técnicas. “Temos 241 Territórios Rurais no país, destes entre 90 e 100, que se organizaram em câmaras de mulheres e em comitês técnicos, poderão concorrer a esse Proinf especial”, salientou Humberto Oliveira.

### **Mais mulheres no mercado**

O anúncio foi bem recebido pelas lideranças de mulheres rurais presentes no seminário. “O beneficiamento e a comercialização dos produtos são grandes entraves para os trabalhadores rurais, principalmente às mulheres que sempre ficaram afastadas dessa atividade. As mulheres rurais têm uma produção bastante considerável, inclusive em seus quintais. Acredito que agora, com essa iniciativa, teremos muito mais mulheres com

produtos no mercado”, afirmou a representante do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Elizabeth Cardoso.

Para cada território será empenhado apenas uma proposta no valor de R\$ 100 mil, que poderá ser ampliado em 20% pela participação de jovens e/ou representação de Povos e Comunidades Tradicionais, podendo chegar ao valor máximo de R\$120 mil. Os projetos podem ser enviados até o dia 11 de abril.

### **Seminário de Mulheres Rurais**

O Seminário de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), contou com a participação de mais de 60 mulheres que discutiram, ao longo de dois dias, a luta das trabalhadoras rurais na conquista de direitos.

---

### **Pelo desenvolvimento produtivo dos territórios – Site do MDA. 14/03/2016.**

O secretário do MDA Humberto Oliveira participa da mesa de discussões sobre inclusão produtiva nos territórios da Região Norte

O governo federal articula ações coordenadas para apoiar atividades produtivas que incentivem a inclusão da população de baixa renda. Dentre as possibilidades de apoio estão cadeias produtivas da fruticultura/açaí; piscicultura; fitoterapia e mandiocultura. As medidas, debatidas em encontro em Belém do Pará, fazem parte de uma estratégia conjunta entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Indústria e Comércio e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico a partir da organização dos arranjos produtivos locais (APLs). As medidas também fazem parte da rearticulação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) na região.

"Nosso objetivo é articular políticas de incentivo e promoção de atividades econômicas que já fazem parte da realidade produtiva local, respeitando as características sociais, culturais e ambientais dos territórios e, ao mesmo tempo, incentivar a produção e comercialização desses produtos para outras regiões do país, promovendo dinamismo econômico e renda para as famílias", explicou o secretário do Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Humberto Oliveira.

O secretário da SDT também informou que a discussão realizada na Sudam, em Belém do Pará, marca a retomada do Programa Territórios da Cidadania que, a partir de agora, estará mais focado na qualidade e no impacto dos projetos apoiados. O programa, voltado para ações nos territórios rurais com elevado índice de pobreza, tem como meta para 2016 priorizar as regiões Norte e Nordeste. A coordenadora do Programa, Daniela Metello, ressaltou a importância dessa ação conjunta dentro da estratégia de retomada do PTC. "É importante juntar forças, porque nossos programas têm objetivos comuns e são complementares. Num ano onde não há tanto recurso, a efetividade das ações depende dessa articulação".

Os territórios que farão parte dessa ação serão selecionados dentre os 43 que compõem a Região Norte. O MDIC informou ter mais de 100 APLs na Amazônia identificados como prioritários. A Sudam também vem apoiando APL, com foco nos arranjos identificados por estados e municípios e nas cadeias produtivas selecionadas pelos programas federais e o Ministério da Integração. A Superintendência vai expandir sua agenda de Rotas de Integração para a região norte, de acordo com as cadeias priorizadas neste encontro. O grupo discutiu um planejamento integrado voltado para priorizar ações nessas quatro cadeias produtivas. Após, cada ministério vai articular ações específicas para adotar medidas que incluam os agricultores familiares, ribeirinhos e famílias de baixa renda nas ações de fomento.

---

#### **Desenvolvimento rural ganha espaço no Dialoga Brasil – Site do MDA. 15/03/2016.**

Nesta terça-feira (15), membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) estiveram presentes, em Brasília, no Fórum Interconselhos Dialoga Brasil, realizado pela Secretaria de Governo da Presidência da República (SG). O encontro planeja estratégias de monitoramento das políticas públicas no Brasil, que fazem parte das metas para o Plano Plurianual 2016-2019.

As políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), há 15 anos, têm sido pautadas a partir das orientações de conselheiros do Condraf, composto por membros de diversas organizações, redes e movimentos da sociedade civil no rural brasileiro. Ou seja, as 32 políticas executadas atualmente pelas cinco secretarias no MDA foram demandadas pela sociedade.

Para o conselheiro Mazinho Souza, da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, o MDA está cada vez mais aberto ao diálogo. “Não adianta tentar incidir se não houver espaço, e aqui estamos aperfeiçoando a nossa incidência. O público alvo precisa participar da política para dar o 'feedback' ao governo federal daquilo que está sendo desenvolvido”, disse.

De acordo com o secretário executivo da SG, Luiz Azevedo, a participação social é o ponto central em uma democracia. “O controle e a fiscalização das ações do governo é para a manutenção de todas as conquistas. Hoje, vários setores da sociedade podem definir como vamos utilizar nosso orçamento”, frisa.

O PPA 2016-2019 indica o Desenvolvimento Rural como uma das 12 agendas temáticas ou transversais prioritárias, para os próximos quatro anos. Ao todo, o documento estabelece 1.132 metas em 54 programas temáticos do governo. Cento e oitenta representantes de conselhos nacionais de várias áreas participam do encontro, que segue até amanhã.

---

### **Embrapa debate participação da agropecuária na emissão de gases do efeito estufa – Site da CNA. 15/03/2016.**

Há um consenso mundial sobre a necessidade de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), evitando o aumento da temperatura global. Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Gado de Corte) estão viabilizando soluções para fortalecer a produção agropecuária, mitigar o efeito dos gases e evitar o aquecimento global. A Empresa, em parceria com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), realiza entre os dias 7 e 9, do próximo mês de junho, em Campo Grande (MS), o II Simpósio Internacional sobre Gases de Efeito Estufa na Agropecuária.

O presidente da FAMASUL, Maurício Saito, e o chefe-geral da Embrapa Gado de Corte, Cléber Oliveira Soares, reuniram-se com o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, hoje, 15/03, para formalizar o convite ao evento. “É muito importante que a CNA esteja conosco nessa ação”, observou Saito, acrescentando que solicitou ao presidente da Confederação esforços junto às federações para maior divulgação do Simpósio em todo o país. “A temática é muito relevante para o futuro e somos cobrados todos os dias por vários segmentos da sociedade”, explicou.

Segundo o chefe-geral da Embrapa Gado de Corte, Cléber Oliveira Soares, nesta edição o evento reúne especialistas nacionais e internacionais para debater o tema. A organização espera mais de mil pessoas nos dois dias de encontro. “Queremos que pesquisadores, produtores rurais e a sociedade conheçam os resultados das pesquisas que vêm sendo realizadas pela Embrapa sobre GEE. E, claro, nos ajudem a propor soluções da mitigação desses gases principalmente na atividade agropecuária”, disse.

A Embrapa Gado de Corte é a idealizadora do Simpósio, realizado a primeira vez em 2011, com a participação apenas de instituições brasileiras. O objetivo do encontro é organizar o debate, com diretrizes para reduzir o impacto ambiental da atividade agropecuária por meio de sistemas de produção mais eficientes e produtivos.

---

### **Projeto Biomas, da CNA e Embrapa, capacita técnicos do INCRA no Paraná – Site da CNA. 18/03/2016.**

Os resultados de experimentos realizados pelos pesquisadores do Projeto Biomas serão transmitidos aos técnicos do INCRA, no Paraná, em aulas que acontecem agora, de março a junho deste ano.

O curso, intitulado “Capacitação continuada em solos do Paraná: potencialidades e fragilidades ambientais”, será realizado em 4 módulos, onde serão abordados os seguintes temas:

- 1) Natureza interativa/consecutiva: análise de solos com ênfase em suas funcionalidades e distribuição na paisagem;
- 2) Diagnóstico da Propriedade rural: técnicos do INCRA aprenderão os processos que consideram a interação de solos, água e vegetação, e sua capacidade de produção e necessidade de preservação;
- 3) Planejamento das Propriedades rurais: considerações sobre a interação de solo, água e vegetação para alocação de Área de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (ARL); e
- 4) Recuperação de APPs e Nascentes de rios.

O curso será ministrado pelos pesquisadores da Embrapa Florestas, Dra. Annete Bonnet e Dr. Gustavo Ribas Curcio. “Abordaremos também o uso de Áreas de Reserva Legal

com proposição de modelos de espécies arbóreas para alcançar a pluralidade da propriedade rural”, conta Dr. Gustavo Curcio.

Sobre o Projeto Biomas

O Projeto Biomas é resultado da cooperação técnica/administrativa entre EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Conta com o apoio do BNDES (Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social) e o patrocínio da JOHN DEER, SENAR, SEBRAE e MONSANTO.

Este projeto tem como objetivo identificar formas sustentáveis para viabilizar a introdução da árvore na propriedade rural brasileira considerando seus sistemas produtivos e de preservação.

---

### **CNA destaca protagonismo brasileiro na preservação e produção florestal – Site da CNA. 21/03/2016.**

As florestas brasileiras – nativas e plantadas - são importantes fontes de biodiversidade e contribuem para reduzir os impactos negativos das mudanças climáticas. Mas, além disso, elas têm se tornado protagonistas no cenário econômico brasileiro, pelo fornecimento de matéria-prima para a fabricação de vários produtos. Mundialmente, as florestas plantadas representam 290 milhões de hectares e no Brasil, as culturas que mais se destacam em termos de área, são eucalipto e pinus, responsáveis por mais de 7 milhões de hectares plantados, em 2014. O Dia Internacional das Florestas é comemorado hoje (21/03), e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) parabeniza o produtor brasileiro pela preservação e produção florestal.

O setor florestal brasileiro é caracterizado pelos produtos madeireiros e não madeireiros, destinados ao consumo humano como alimentos, bebidas, plantas medicinais e extratos (frutas, castanhas, mel), além de cortiça, resinas, taninos, óleos essenciais e borrachas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o país acumulou, entre janeiro e novembro de 2015, um saldo de US\$ 6,5 bilhões em exportações de produtos florestais. Com relação aos produtos madeireiros, as vendas de celulose atingiram US\$ 5,1 bilhões do total, papéis e cartões chegaram a US\$ 1 bilhão e

madeira serrada US\$ 416 milhões. Os principais destinos foram Europa, América Latina e China.

A maior área plantada está em Minas Gerais, com 1,7 milhão de hectares de eucalipto e 47 mil de pinus. De acordo com a Associação Mineira de Silvicultura (AMS), o setor florestal representa 7% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, contribuindo com R\$ 3,8 bilhões em exportações e geração de 731 mil empregos. Já a área de floresta nativa corresponde a 19 milhões de hectares, o que representa 33% da área total de florestas, conforme dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

Do total de 7,74 milhões de hectares de árvores plantadas no Brasil, 4,88 milhões ou 63% são certificados por organizações independentes e reconhecidas mundialmente, como o Forest Stewardship Council (FSC) e o Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes (PEFC), sendo o último representado no Brasil pelo Programa Nacional de Certificação Florestal (Cerflor). Segundo a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), a certificação é uma garantia, internacionalmente reconhecida, que permite identificar bens produzidos, por meio de práticas restritivas e específicas nos vários aspectos ligados aos recursos naturais, serviços ambientais e engajamento de comunidades.

A IBÁ explica que são passíveis de certificação o manejo florestal e a cadeia de custódia, que são os estágios da produção, distribuição e venda de um produto de origem florestal. Neste caso, a madeira é rastreada de uma floresta certificada até o produto final. “Ao certificar processos e produtos, uma empresa aumenta sua credibilidade e se diferencia das demais pelo fato de apresentar garantias quanto a adoção do manejo florestal adequado”.

Preservação – Além das funções produtivas, os plantios de árvores também desempenham importante papel na prestação de serviços ambientais. O setor reduz os impactos das mudanças climáticas, baseados na formação e manutenção de estoques de carbono das árvores plantadas e nativas conservadas pelas empresas. Em 2014, os 7,74 milhões de hectares dos plantios de árvores no Brasil foram responsáveis pelo estoque de aproximadamente 1,69 bilhão de toneladas de dióxido de carbono. Para se ter uma ideia da relevância desse montante para o país, ele equivale a um ano das emissões nacionais. O plantio de árvores também é destaque em novas técnicas como recuperação de áreas degradadas e integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).



Para o Coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias, a nova visão da agricultura concilia produção e florestas que se refletem na paisagem rural. O proprietário rural brasileiro possui mais de 100 milhões de hectares em vegetação nativa dentro de suas propriedades, algo comparável com as unidades de conservação, que possuem 140 milhões de hectares. “A responsabilidade de fazer parte de um país com diversidade ecológica fez do produtor rural o mais conservacionista do mundo. Florestas Amazônica e Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa ou Pantanal, biomas com mais ou menos componente florestal, mas que representam a verdadeira vocação de país que se desenvolve com um olho no progresso e outro nas floretas”, diz Nelson.

Confira abaixo dados e imagens de florestas nativas e plantadas dos estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Tocantins. As fotos e texto foram produzidos em colaboração com as Assessorias de Comunicação das Federações da Agricultura e Pecuária dos estados.

## MATO GROSSO

Fazenda Anna Sophia - A Estância Anna Sophia, gerenciada pelo produtor Arno Schneider, está localizada no município de Santo Antônio de Leverger, em Mato Grosso. Schneider foi um dos primeiros a apostar em sistemas integrados no estado e há 14 anos investe na integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). Na propriedade são mais de 80 hectares destinados à integração de teca e pastagem e mais 100 hectares apenas do cultivo de teca. A pecuária é a principal atividade da estância. São 1.800 hectares de pastagem, com aproximadamente três mil animais das raças Nelore, Brahman, Caracu e Aberdeen Angus em semi-confinamento.

Fazenda Gamada - Localizada no município de Nova Canãa do Norte, em Mato Grosso, a fazenda Gamada é considerada pioneira no estado na técnica de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). São 85 hectares destinados à produção de eucalipto, pinho cuiabano, pau de balsa e teca. A propriedade também participa do projeto URTEs (Unidades de Referência Tecnológica e Econômica) do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), em parceria com a Embrapa Agrossilvipastoril, de Sinop (MT). As URTEs são localizadas em propriedades rurais onde, atualmente, são conduzidos sistemas de produção de iLPF em que são realizados trabalhos de pesquisa e validação de tecnologia.

## MINAS GERAIS

Eucalipto – Minas Gerais é o líder quando o assunto é floresta plantada. O estado possui uma área de 1,7 milhão de hectares de eucalipto e 47.557 hectares de pinus. O setor florestal representa 7% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, um incremento de R\$ 3,8 bilhões em exportações e geração de 731 mil empregos. O primeiro plantio comercial de eucalipto, em Minas Gerais, foi no município de Santa Bárbara, em 1949.

## PARÁ

Integração Lavoura-Pecuária-Floresta no Pará - A atividade florestal-madeireira tem um importante papel na economia paraense, contribuindo com 27% do valor agregado na indústria de transformação e gerando cerca de 160 mil empregos diretos e indiretos. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap), o Pará tem uma área de aproximadamente 250 mil hectares de florestas plantadas, abrangendo em sua quase totalidade o plantio de eucalipto (159.657 ha). Todavia, nos últimos anos vem crescendo o plantio de paricá (85.200 ha), espécie nativa da Amazônia. Os produtos florestais ocupam o segundo lugar na pauta de exportação paraense, o que confere ao estado a posição de terceiro maior exportador nacional desses produtos, respondendo por 64% do volume de madeira exportada da Amazônia.

## RIO DE JANEIRO

Reflorestamento – Localizado em Miguel Pereira, no Rio de Janeiro, o reflorestamento fica na bacia do rio Santana, que desemboca no rio Guandú, abastecendo a população carioca. O proprietário recebe anualmente uma remuneração por meio do programa Pagamentos por Serviços Ambientais.

## SANTA CATARINA

Araucária com erva-mate – O produtor rural Adenir José Machado, da comunidade Bonetes, localizada no município de Canoinhas, SC, cultiva uma área de seis alqueires (14,52 hectares ou 145.200 m<sup>2</sup>) com floresta consorciada de araucária com erva-mate. Em 2014, o proprietário efetuou o corte seletivo de 50% das araucárias, o que rendeu aproximadamente 1.000 m<sup>3</sup> de madeira. A poda da erva-mate acontece a cada dois anos, sendo 20 mil pés, com colheita de 70 mil kg/ano ao valor de mercado atual de R\$ 0,80 o quilo. A araucária é uma árvore em extinção e, com esta iniciativa estimula-se o manejo sustentável da área, além de auxiliar o ecossistema das matas próprias da região.

Grupo Frameport – Com áreas de manejo localizadas no oeste catarinense, somam 12 mil hectares, sendo que 7 mil correspondem às áreas conduzidas com árvores da espécie *Pinus taeda* e cerca de 5 mil hectares correspondem às áreas destinadas para conservação e preservação do meio ambiente. A empresa produz aproximadamente 200 mil m<sup>3</sup> de madeira e para atender à futura demanda da unidade fabril do grupo, a empresa implanta cerca de 200 hectares de florestas por ano. A empresa é certificada pela *FSC SmartWood Program*.

## TOCANTINS

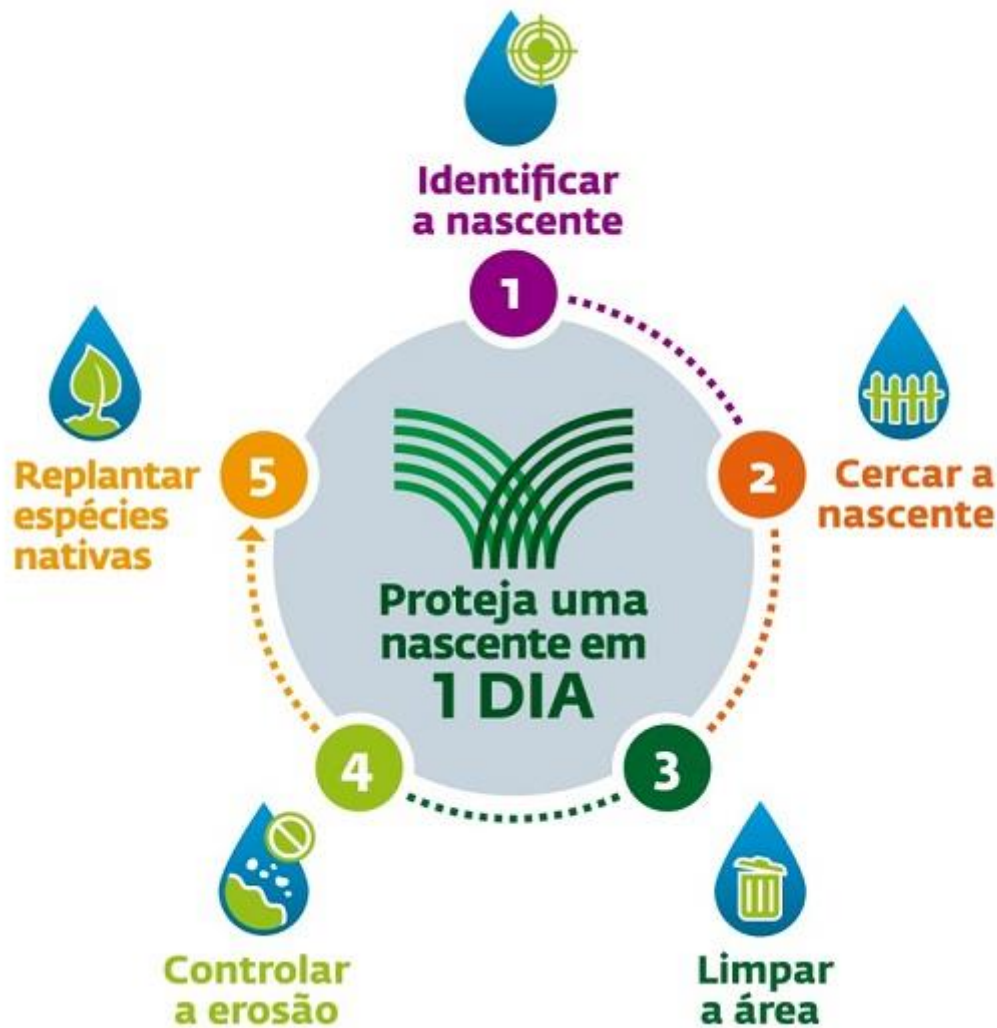
Fazenda Santa Maria – Localizada no município de Porto Nacional, em Tocantins, a fazenda Santa Maria é dedicada à produção de eucalipto, uma das espécies mais plantadas no estado. O cultivo das árvores na propriedade, e em tantas outras, trazem bons resultados para o Tocantins, que apresenta uma área total de 131.049,92 hectares de plantios florestais. Desse total, 126.430,87 hectares são para fins madeireiros (96,48%) e 4.619,05 hectares para fins não madeireiros (3,52%).

---

### **Sistema CNA/SENAR comemora um ano do Programa de Proteção de Nascentes – Site da CNA. 22/03/2016.**

Sistema CNA/SENAR comemora neste 22 de março, Dia Mundial da Água, a proteção de quase 2 mil nascentes, em 2015. Há exatamente um ano, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) lançaram o programa Nacional de Proteção de Nascentes com uma meta ambiciosa: a proteção de MIL nascentes em áreas rurais até dezembro. A meta foi ultrapassada: os produtores brasileiros protegeram 1.782 nascentes.

O programa foi lançado no Dia Mundial da Água do ano passado, no Parque Olhos D'Água, em Brasília, com o mote "Um dia você vai ter que proteger uma nascente. Faça isso em UM dia". Num site especialmente criado e em um vídeo informativo, as entidades mostram que isso é possível com apenas cinco passos:



Enquanto o programa era lançado, o Sistema CNA/SENAR iniciava a proteção de uma nascente próxima ao Park Way, que foi acompanhada ao vivo pelas pessoas que participavam do evento no parque.

As ações das duas entidades realizaram outras ações ao longo do ano. No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, lançaram o vídeo técnico que mostra o passo a passo de proteção de uma nascente. E promoveram um concurso entre as Administrações Regionais do SENAR de todos os Estados com dois prêmios: uma picape para o SENAR com o maior número de nascentes protegidas e outra para o sindicato rural com a melhor iniciativa de proteção de nascente.

O SENAR de Goiás protegeu 665 nascentes e o campeão na categoria melhor iniciativa foi o Sindicato Rural de Camapuã, de Mato Grosso do Sul, que contou com o apoio da Secretaria de Educação Municipal para realizar uma ampla divulgação do programa no

município. Com o slogan “Água é vida, proteja uma nascente”, foram promovidos concursos de desenho e de redação para estudantes de escolas públicas, urbanas e rurais. Também houve distribuição de mudas de espécies nativas para os alunos e foi organizada uma feira de ciências - seguindo as premissas do programa - na Escola Marcio Elias Nery. Além disso, o sindicato protegeu 56 nascentes, beneficiou quase 14 mil pessoas e envolveu aproximadamente 1.200 participantes nas ações.

“O concurso superou as expectativas e teve como principal destaque o envolvimento das escolas. Outro aspecto positivo é que as Regionais e Sindicatos Rurais continuam com as campanhas e ações nos seus Estados”, destaca Daniel Carrara, secretário executivo do SENAR.

---

#### **PARAÍBA: Pescadores artesanais conhecem instrumentos de comercialização – Site da CONAB. 21/03/2016.**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as Compras Institucionais do Governo Federal serão apresentados a pescadores artesanais como alternativas para a comercialização do produto. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que executa as duas modalidades, fará uma exposição nesta terça-feira (22), em palestra realizada no I Seminário da Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental. O evento, promovido pela Coordenação da Rede Estadual de Colégios Territoriais do estado da Paraíba, será realizado no município de Cabedelo.

O seminário tem como objetivo identificar as potencialidades, prioridades e iniciativas relacionadas à pesca artesanal e suas múltiplas dimensões, com foco no território para desenvolvimento sustentável da região. O superintendente regional da Conab na Paraíba, Gustavo Guimarães, representará a Companhia na ocasião, ministrando a palestra. O evento na Paraíba conta com apoio de órgãos públicos, como o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Ministério Público Federal (MPF) e Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

---

#### **Projeto Biomas na Caatinga pesquisa essências florestais no Ceará e já apresenta os primeiros resultados – Site da CNA. 21/03/2016.**

No Dia Internacional das Florestas, comemorado nesta segunda-feira, 21 de março, a Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará – FAEC apresenta resultados do Projeto

Biomass, em desenvolvimento na Caatinga desde 2013. As pesquisas já indicam que o tempo de recuperação é menor para algumas essências florestais da mata branca, como é o caso do pau branco, paud'arco e aroeira.

De acordo com as normas florestais, hoje são necessários 20 anos para recuperação, mas os pesquisadores estão trazendo para o campo a possibilidade de os produtores rurais utilizarem tipos de árvores como fator de diversificação da produção, proporcionando ganhos econômicos e sociais, bem como subsidiar no aprimoramento das leis ambientais vigentes. Estas foram algumas das impressões destacadas sobre o Projeto Biomass, pelos pesquisadores da Embrapa Florestas, que desenvolvem experimentos na região da Caatinga.

O Presidente da FAEC, Flavio Viriato de Saboya Neto, acompanhado do Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ibaretama, Carlos Bezerra Filho, e da Assessoria de Imprensa, visitou no dia 17/03, a área experimental do projeto, localizado na Fazenda Triunfo, no município de Ibaretama - CE.

Segundo o presidente da FAEC, a CNA entende que é importante levar argumentos técnicos e científicos para os produtores rurais que precisam se adequar às normas do Código Florestal Brasileiro. Por isso, tomou a iniciativa de se tornar parceira da Embrapa e viabilizar os estudos com a árvore na propriedade rural brasileira.

Para Flávio Saboya, o Projeto Biomass está em fase avançada, mas enfrenta um dificuldades em lidar com a falta de água na Fazenda, com quatro anos seguidos de seca, sendo necessário a perfuração de poços para que as pesquisas não sofram prejuízos.

No Ceará, o Projeto já implantou 10 experimentos em uma área de 30 hectares. Na Caatinga, o Projeto Biomass conta com o apoio do Centro Nacional de Pesquisas de Caprinos da Embrapa, de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Paraná. E tem o reforço de um Engenheiro Florestal da CNA, e de um Administrador indicado pelo do Sindicato dos Produtores Rurais de Ibaretama, filiado a FAEC.

O Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ibaretama, Carlos Bezerra Filho, informou que desde o início o Sindicato que é filiado a FAEC, vem apoiando o Projeto Biomass na Caatinga, a partir das visitas às propriedades rurais para a escolha do melhor local, feita pelos técnicos da Embrapa, até a implantação propriamente dita. "Apesar das dificuldades com relação à água, e as poucas chuvas na Região, nós acreditamos que a pesquisa pode levar a uma convivência sustentável na Caatinga. Em breve, vamos

promover um Dia de Campo, com os Produtores para que eles tomem conhecimento de resultados de vários experimentos", disse Carlos Bezerra.

#### PROJETO BIOMAS NA CAATINGA

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere.

Na Caatinga, o projeto conta com a parceria das seguintes instituições: Embrapa Caprinos e Ovinos, Embrapa Semiárido, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará / Campus Quixadá, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, Administração Regional do SENAR Ceará e sindicatos rurais da região.

---

#### **No Dia Mundial da Água, CNA lança estudo sobre o uso racional dos Recursos Hídricos – Site da CNA. 22/03/2016.**

Os países mais avançados do mundo têm aprofundado os conhecimentos do ciclo da água na produção agropecuária, visando o uso racional e o desenvolvimento das melhores técnicas de utilização. Com essa finalidade, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Embrapa e a Embaixada Britânica, apresenta resultados parciais do estudo “Pegada Hídrica nas Cadeias de Produção de Carne e Leite”, tratando do uso da água e de sua escassez, no 4º Simpósio de Produção Animal e Recursos Hídricos, que se realiza, hoje e amanhã, dias 22/03 e 23/03, na Sede da Embrapa Pecuária Sudeste, em São Carlos, SP.

A atividade agropecuária tem no uso da água um dos principais insumos para a produção de alimentos. Até data recente, não havia reflexão mais aprofundada sobre a água como um bem finito. Os novos estudos revelam que o uso racional dos recursos hídricos assumiu importância estratégica para a qualidade de vida de toda humanidade. Nesse contexto, a CNA “vem atuando para que os produtores brasileiros façam o uso correto da água, sem que ocorram desperdícios, com eficiência e produtividade compatíveis com nosso compromisso nas garantias da segurança alimentar do Brasil e do mundo”, esclarece Rodrigo Justus, presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação.

O estudo, iniciado em 2015, vai mostrar a pegada hídrica, termo que designa a quantidade de água, direta e indiretamente, usada na produção, integrando o ciclo hidrológico nas



principais atividades agropecuárias. Assim, o produtor de soja e o criador de gado, por exemplo, podem saber quanto utilizam de água e qual a quantidade ideal para suas produções. Para o presidente da Comissão, o uso racional da água “traz ainda um diferencial de competitividade no mercado globalizado, com reconhecimento de bens produzidos com o uso racional dos recursos hídricos”.

Além da apresentação do estudo, a CNA e suas parceiras também lançaram duas cartilhas, dirigidas aos produtores, ensinando o manejo hídrico nas propriedades e a captação do recurso disponível em cursos de águas, em chuvas, para retenção, armazenamento e aproveitamento nas produções, evitando desperdícios. Os esforços do setor agropecuário pelo uso racional dos recursos hídricos fazem parte das orientações de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Hoje, 22/03, Dia Mundial da Água, a ONU alerta que o fornecimento de água seguro, adequado e confiável evita perdas que impactam no fechamento de vagas de trabalho. A solução, segundo a entidade, é a disponibilidade de infraestrutura suficiente para o gerenciamento e armazenamento de água. No Relatório Mundial das Nações para o Desenvolvimento de Recursos Hídricos 2016, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), órgão da ONU, a entidade destaca que 78% dos empregos mundiais dependem dos recursos hídricos e entre os setores mais atingidos pela escassez de água estão a agricultura, silvicultura, pesca, aquicultura, indústria, mineração e produção de energia.

A CNA estima que o estudo esteja concluído, em sua totalidade, no início do ano de 2017. Por sua vez, a distribuição das cartilhas será iniciada imediatamente pelas entidades patrocinadoras, CNA, Embrapa e Embaixada Britânica.

---

### **Questões ambientais são debatidas durante Conferência – Site da FETRAF. 23/03/2016.**

Propostas serão levadas à 2ª Conferência Nacional de ATER.

O Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável realiza até hoje (23), a Conferência Nacional Temática de Assistência Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente. O encontro tem o



objetivo de reunir propostas com foco nas políticas agroambientais que serão discutidas durante a 2ª Conferência Nacional de ATER.

Participam da Conferência entidades representantes de agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, extrativistas, agentes de Ater, órgãos públicos federais e estaduais, Agência Nacional de Ater (Anater), redes e organizações não governamentais.

Presente ao evento e representando a Região Sul, o coordenador de Política Agrícola da FETRAF/BRASIL, Celso Ricardo Ludwig, fala dos desafios para a construção de um sistema de assistência técnica eficiente no setor da agricultura familiar.

“Além de caminhar para uma agricultura sustentável e de base agroecológica, para que cada vez mais a agricultura familiar possa continuar produzindo alimentos e gerando empregos, o desafio de fato é construir um sistema nacional de assistência técnica que possa garantir que os agricultores familiares, em qualquer situação, possam ter acompanhamento técnico no desenvolvimento de suas atividades produtivas”, avalia.

Participam também do evento os representantes das Fetraf's dos estados de Goiás, Piauí e Minas Gerais, Elisa Monteiro, Édio Evaristo e Amanda, Marina Ferreira, respectivamente.

## 2ª CNATER

A 2ª Cnater deve mobilizar 40 mil pessoas de todo o país em conferências municipais, territoriais, estaduais, temáticas e nacional. É um evento do MDA, organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Ao final do processo, será gerado um documento que vai nortear as políticas de Ater do Ministério pelos próximos anos.

---

## **O Novo Código Florestal e a ameaça de retrocessos. Rodrigo Lima – Valor Econômico. 24/03/2016.**

A proximidade do prazo de dois anos para o Cadastro Ambiental Rural (CAR), as incertezas sobre os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) que balizarão a adequação dos produtores, como é o caso do Estado de São Paulo, e a audiência pública sobre a inconstitucionalidade do Código Florestal no Superior Tribunal Federal (STF) reacendem o debate sobre o novo Código.

Antes de entrar no debate, é válido esclarecer que este novo Código Florestal possui três pilares que estão interligados e criam, pela primeira vez, regras para a regularização ambiental: 1- o CAR, que permitirá conhecer as áreas produtivas e as áreas preservadas (Áreas de Preservação Permanente, APPs e Reserva Legal, RL), bem como as áreas que deverão ser restauradas no processo de regularização; 2 - os PRAs estaduais, que nortearão a regularização; e 3 - os Termos de Compromisso, que deverão ser assinados por todos os produtores que tiverem passivo a regularizar. Sem deixar de citar que esses que possuem passivos estão proibidos de converter novas áreas, o que será extremamente positivo para conter o desmatamento.

O CAR não termina no dia 5 de maio, é um instrumento permanente. Quem não fizer o cadastro até esta data ficará sujeito às sanções, como também não terá as flexibilidades que o novo Código Florestal trouxe no contexto da regularização para quem converteu áreas até 22 de julho de 2008 (compensação de RL, consolidação de certas áreas). Nesse sentido, é essencial que os produtores e o Estado, no caso das propriedades menores, façam o CAR no prazo para obter os benefícios da regularização duramente conquistados no novo Código.

Até fevereiro de 2016, foram cadastrados 67,5% do total de 397,8 milhões de hectares. Dos 129 milhões de hectares a serem cadastrados, 65 milhões são áreas de assentamento rural (51%). A ocupação centenária, a falta de clareza dos produtores sobre as regras para regularização e a omissão do Estado em cadastrar as áreas da agricultura familiar explicam os dados do CAR nas regiões Nordeste e Sul, as mais atrasadas, de 38,4% e 35,7%, respectivamente.

A despeito dos inúmeros problemas ligados ao cadastramento (falta de documentos e regularização fundiária, sobreposição de áreas, falta de conexão de sistemas estaduais ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, Sicar, precária estrutura nos órgãos ambientais), é preciso separar o total de área cadastrada e a de não cadastrada.

O Brasil nunca teve um banco de dados como o CAR, que em quase dois anos está conseguindo registrar grande parte da área. Esse instrumento trará dados de caráter ambiental e sobre as áreas produtivas, agregando um conjunto de informações para a gestão da propriedade rural e, talvez mais importante, enviando ao mercado, aos bancos, ao Ministério Público e à sociedade um sinal de que o primeiro passo da regularização foi feito.

Com relação ao PRA, são obstáculos tanto a falta de regulamentação pelos Estados, inviabilizando a previsibilidade da regularização dos passivos, como a aprovação de normas que inovam inadequadamente, atravancando o processo. O caso do PRA paulista é um exemplo, pois até o momento inviabiliza a compensação da Reserva Legal em função de omissões na legislação.

Diante desses fatos, há quem entenda que o processo de regularização está caminhando, mesmo que com solavancos, tendo o CAR como ponto de partida, e há quem entenda que o novo Código é um enorme retrocesso e deve ser derrubado.

No dia 18 de abril ocorrerá audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins), que visam derrubar dispositivos do Código (benefícios e metragens diferenciadas para APPs e RLs consolidadas, possibilidade de contar as APPs como parte da RL, compensação da RL, por exemplo).

A pressão do Ministério Público para que produtores assinem Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) para restaurar APPs e RLs, e ainda averbar áreas de RL, bem como a corrida das multas imposta pelos órgãos ambientais, cria um cenário de recrudescimento em torno de uma lei que, em 2012, selou um grande acordo ligado ao uso da terra.

O novo Código precisa ser analisado sob seus aspectos ambientais, sociais e econômicos. Retroceder geraria um novo embate jurídico que teria como consequência imediata suspender o processo de regularização.

Neste contexto, é válido lembrar que o novo Código Florestal é a base dos principais compromissos levados pelo Brasil para a CoP-21, Conferência da Convenção do Clima: redução de desmatamento, restauração, recuperação de pastagens degradadas e promoção de biocombustíveis.

O novo Código é uma lei ambiciosa que exige a cooperação dos entes públicos, dos produtores, da cadeia produtiva e de organizações que têm como visão aprimorar e expandir a produção agropecuária e, ao mesmo tempo, fomentar a conservação ambiental.

A agenda de implementação do Código traz a enorme oportunidade de tornar o setor produtivo o maior conservador de vegetação nativa do mundo. Em paralelo, tornar o Brasil protagonista na agropecuária de baixo carbono e obter o reconhecimento do mercado (interno e externo) quando se trata de sustentabilidade.

Chegou a hora de construir políticas inovadoras que permitam promover a restauração florestal, acabar com o desmatamento ilegal e recuperar áreas degradadas. Esse deve ser o mantra das políticas agrícolas e ambientais brasileiras no tocante ao uso do solo nas próximas décadas. Basta que cada elo dessa enorme cadeia, envolvendo órgãos públicos e setor privado, cumpra sua parte.

---

### **Embrapa lança plataforma de monitoramento do Plano ABC – Site do MAPA. 24/03/2016.**

Ela acompanhará a redução das emissões de gases de efeito estufa na agropecuária

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), lançou a Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Situada nas instalações da Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna (SP), a plataforma vai monitorar a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na agropecuária brasileira e a dinâmica de estoque de carbono no solo, a partir da implantação de tecnologias referendadas.

O lançamento da Plataforma ABC está ligado ao compromisso do Brasil de apoiar a agricultura de baixo carbono. Além disso, mostra o potencial da agricultura para ajudar na mitigação dos gases de efeito estufa. Boa parte desses gases não está diretamente relacionada à produção agropecuária, mas são capazes de impactar todo o planeta.

O presidente da Embrapa, Maurício Lopes, participou do lançamento da Plataforma ABC, na última segunda-feira (21). Segundo ele, a plataforma tem um grande papel a desempenhar em relação ao Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), porque atuará na validação de questões ligadas à sua concepção.

"As tecnologias aplicadas na agricultura de baixo carbono envolvem diretamente o conhecimento técnico-científico da Embrapa, pois são, em grande medida, desenvolvidas e testadas pela empresa e depois transformadas em política pública", destacou o presidente.

De acordo com Lopes, a efetivação do Plano ABC traz uma necessidade crítica no país, uma vez que demanda a geração de grande volume de informação organizada, cientificamente embasada, para mostrar ao mundo que o modelo de agricultura de baixo

carbono que o Brasil escolheu é efetivo. Gera resultados expressivos à medida que leva ao acúmulo de carbono no solo e diminui as emissões de carbono e gás de efeito estufa.

#### Sistemas de produção

As tecnologias de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), sistema plantio direto (SPD), recuperação de áreas de pastagens degradadas, tratamento de dejetos animais, florestas plantadas e fixação biológica de nitrogênio (FBN) são capazes de responder como sistemas de produção com viés assertivo de produção agrícola sustentável, causando muito menos impactos no ambiente.

Para o diretor executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, Ladislau Martin Neto, essas tecnologias, uma vez implantadas pelos produtores, de forma voluntária, por meio de políticas públicas de incentivo, reforçam a atenção quanto ao monitoramento.

O pesquisador e responsável técnico pela Plataforma de Monitoramento ABC, Celso Manzatto, ressaltou o compromisso assumido pela unidade da Embrapa Meio Ambiente em fornecer suporte administrativo para o adequado funcionamento dessa tecnologia, bem como o apoio logístico para apoiar as realizações de análises físicas e químicas, de geoprocessamento e outras medidas.

Também estiveram na solenidade, autoridades regionais, como o prefeito em exercício de Campinas, Henrique Magalhães Teixeira, o vice-presidente da Câmara de vereadores de Jaguariúna, Ângelo Roberto Torres, além de representantes de instituições parceiras da Embrapa e do Plano ABC.

#### Cenário ideal

A agenda da agricultura de baixo carbono visa, à medida dos avanços de implantação das técnicas produtivas preconizadas no Plano ABC, reverter o senso comum de que a agricultura é fonte geradora somente de impactos negativos ao meio ambiente.

A plataforma, por possuir um caráter multi-institucional, envolve um conjunto muito amplo de parceiros, como Mapa, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Rede Clima, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, universidades e outros.

“Esse é o cenário ideal para criarmos as condições onde todos possam trabalhar uma estratégia conjunta que, por meio de um monitoramento eficiente do Plano ABC, possamos alcançar o aprimoramento das tecnologias e procedimentos propostos, combinando o uso inteligente da nossa base de recursos naturais com uma produção

certificada, que possa alcançar o mundo e acessar os mercados mais exigentes no futuro," reforçou Maurício Lopes. (Com informações da Embrapa)

---

**Matopiba ganhará mais nove estações meteorológicas este ano – Site do MAPA. 28/03/2016.**

Equipamentos vão reforçar apoio aos produtores, a fim de que evitem perdas na agricultura

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), vai instalar ainda este ano nove estações automáticas no Matopiba (formado por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Outras duas já foram instaladas, em 2015, nos municípios de Santa Rosa do Tocantins e Araguaçu, ambos em Tocantins. O investimento nos 11 equipamentos modernos, importados da Finlândia, foi de cerca de R\$ 1,1 milhão e faz parte do projeto de desenvolvimento da região traçado pela ministra Kátia Abreu.

De acordo com o diretor do Inmet, Antonio Divino Moura, a ampliação do número de estações meteorológicas automáticas no Matopiba é importante para a previsão e a análise climática, instrumentos fundamentais para evitar perdas na agricultura. "As estações vão fornecer informações em tempo real e diretamente no computador de qualquer cidadão. Toda agricultura deve ter apoio do tempo e previsão do clima para se evitar perdas de alimentos."

O instituto projetou a instalação das novas estações automáticas nos municípios de Formosa do Rio Preto, Pilão Arcado e Macaúbas, na Bahia; Colinas do Tocantins, Almas, Lagoa da Confusão, Santa Fé do Araguaia, Rio do Sono, em Tocantins; e Morro Cabeça no Tempo, no Piauí.

A região já contava com 23 estações convencionais, que exigem a presença de um observador, e 33 estações automáticas.

A observação sistemática dos fenômenos meteorológicos que ocorrem na região possibilita aos agropecuaristas tomar decisões para um melhor planejamento de suas atividades, reduzindo riscos naturais inerentes ao agronegócio.

A ministra Kátia Abreu destacou a importância da previsão e análise climática no Matopiba durante o seminário "Diálogo Empresarial Brasil-Japão - Intercâmbio

Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos”, realizado em Palmas no mês passado.

As estações automáticas coletam e disseminam, de hora em hora, em tempo real, dados sobre chuva, temperatura, umidade do ar, radiação solar, pressão atmosférica, direção e velocidade dos ventos e demais fenômenos meteorológicos. “Esses dados são fundamentais para utilização por todos os segmentos da economia, de modo especial para o setor agropecuário”, enfatizou o diretor do Inmet.

Para viabilizar a cobertura de sua rede de estações meteorológicas, o Inmet mantém parcerias com Marinha, Aeronáutica, Exército, Universidades, Centros de Pesquisa, Secretarias de Agricultura e Pecuária, Cooperativas Agrícolas e Prefeituras.

Os parceiros terão a responsabilidade, mediante Acordo de Cooperação Técnica (ACT), pela manutenção, segurança e conservação dos locais onde estarão instaladas as estações.

---

### **Produtores do Espírito Santo aprendem com o sucesso do queijo da Serra da Canastra – Site da CNA. 28/03/2016.**

Considerado um artigo gourmet, cobiçado por consumidores e chefs de todo o país, o queijo da Serra da Canastra é tema do 1º Painel Rural, promovido pela Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo - FAES e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do ES - SENAR-ES, junto com Sindicatos Rurais, no dia 30 de março, às 9h, no Cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória.

Voltado para produtores, Sindicatos Rurais e técnicos do setor Agropecuário, o evento terá como palestrante o produtor e presidente da Associação Regional dos Produtores de Queijo da Canastra (Aprocan), João Carlos Leite, que apresentará aos capixabas as experiências que tornaram o queijo da Serra da Canastra, em Minas Gerais, um dos mais famosos e rentáveis do Brasil.

O presidente da FAES, Júlio Rocha, revela que o evento tem como objetivo estimular a troca de conhecimento dos produtores a partir da experiência do caso de sucesso de Minas Gerais. “É uma forma de incentivar os produtores para que se capacitem, e façam agregação de valor à produção no reconhecimento de que na forma tradicional de comercialização não se cobrem os custos de produção”, declara.

A fim de marcar a cultura, história e tradição do queijo da Serra da Canastra, que é produzido há mais de 200 anos na região, o item possui selo de indicação geográfica, com produção certificada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como patrimônio imaterial do Brasil. O que rendeu ao famoso queijo admiradores não só no Brasil como em outros lugares do mundo.

Em Minas Gerais, segundo dados do IPHAN, cerca de 30.000 famílias de todo o estado vivem da produção diária de queijos artesanais, incluindo o da Serra da Canastra que se tornou um grande exemplo de empreendedorismo, organização, agregação de valor e construção de uma identidade regional a ser aprendido.

Para a superintendente do SENAR-ES, Letícia Simões, agregar valor ao produto é uma alternativa para aumentar a renda da família rural. “Por isso, o SENAR tem se preocupado muito em ofertar cada vez mais qualificação para os produtores rurais. Este 1º Painel Rural que estamos realizando é um exemplo, envolve um tema importante, e traz uma oportunidade a mais para os pequenos produtores de leite do nosso Estado”, afirma.

---

**Juventude rural quer desenvolvimento solidário. Antônio Prates – Site do MDA. 29/03/2016**

O ministro Patrus Ananias garantiu, hoje (29), no encerramento da 2ª Conferência Temática Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária para a Juventude, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vai ampliar as políticas públicas que fortalecem a permanência dos jovens no campo com programas que permitam maior acesso à educação e tecnologia, cultura e lazer e que contemplem o desenvolvimento da agroecologia e de um desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Falando a mais de 150 jovens de todos os estados, o ministro afirmou que o Brasil vive um momento histórico de defesa da democracia, já que as liberdades públicas e democráticas estão sendo ameaçadas. “Sempre que há uma quebra nas regras democráticas no Brasil, os que mais sofrem são os pobres, os trabalhadores da cidade e do campo. A disputa atual não está sendo feita no campo da ética, como certos setores estão se apresentando, como paradigmas da moralidade. A gente tem uma disputa entre as tendências libertárias, vinculadas às conquistas sociais, e as tendências do sectarismo,



do fanatismo, do autoritarismo. Nós queremos avançar no campo social, os outros querem manter seus interesses financeiros, econômicos”, observou.

Para o ministro, é preciso fortalecer as conquistas sociais já realizadas, como Bolsa Família, a agricultura familiar, o Fies, o Prouni, o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, que agora terá também sua versão rural, e avançar na perspectiva da reforma agrária, da reforma tributária, da função social da terra e em vigorosas políticas pedagógicas e culturais.

“Parabenizo vocês Jovens com esta energia, capacidade de trabalho e sentimento profundo de compromisso com nosso povo e com nosso país, para afirmar a legalidade democrática, dentro dos caminhos da paz e do respeito às diferenças. Mas também com firmeza e coragem para continuar lutando pela defesa da democracia e pelas conquistas sociais”, concluiu o ministro

### **Carta**

A 2ª Conferência Nacional de Ater para a Juventude divulgou uma carta dos movimentos de juventudes do campo, das florestas e das águas, presentes no encontro, em que reconhecem os importantes “avanços da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, especialmente no que se refere ao reconhecimento da diversidade das entidades e suas metodologias de trabalho na prestação do serviço Ater, a incorporação da perspectiva da agroecologia, povos e comunidades tradicionais, jovens e a centralidade do debate para atendimento às mulheres rurais”.

Para os participantes da 2ª Conferência, o momento político e econômico que o país enfrenta tem afetado diretamente os investimentos no serviço de Ater e propõem as seguintes medidas para enfrentar a situação presente:

- Garantir o acesso dos jovens à assistência técnica e extensão rural, contínua, pública e de qualidade, assegurando recursos para sua implantação;
- Criar uma linha de fomento para a transição agroecológica, vinculada à Ater, com prioridade aos projetos produtivos da juventude rural;
- Fortalecer os espaços de controle social nos territórios, dentre eles os colegiados territoriais e os comitês e câmaras temáticas de juventude para acompanhamento e monitoramento e avaliação da política Ater para a Juventude;

-Fortalecer as instituições públicas e as que trabalham com pedagogia da alternância, formadoras de agentes Ater para que possam formar técnicos de qualidade no próprio meio em que vivem, evitando assim o êxodo rural e promovendo a sucessão;

-Garantir um espaço institucional dedicado à pauta da Juventude na ANATER e

-Garantir a publicação e contratação da chamada pública de Ater para a Juventude conforme previsto no PPA para o ano 2016.

## **Educação**

Para Edson Ferreira, cearense de Juazeiro do Norte, Território do Cariri, é preciso universalizar as políticas públicas e garantir o acesso a todos os jovens. “Temos problemas de acesso ao crédito e a ausência de uma Ater específica para a juventude. Sem isso, não conseguiremos fixar o jovem no campo e garantir a sucessão rural. Em nossa região, são 33 municípios, mas apenas três deles, já quase conglomerados, Crato, Juazeiro e Barbalho, atraem os jovens por seus equipamentos urbanos”, explicou Edson.

Izélia da Silva, baiana, representante do MST do território da Costa do Descobrimento, também acredita que o acesso à tecnologia é fundamental para a fixação do jovem no campo, assim como políticas públicas que ofereçam entretenimento e cultura para a juventude. Ela elege a educação como a prioridade absoluta para a transformação, inclusive, da mentalidade rural. “O campo é um espaço machista, a mulher sofre uma discriminação ainda maior do que a mulher que vive na cidade. Só vamos acabar com isso, mudando o caráter segragador das pessoas e isso só se consegue com educação”, concluiu Izélia.

---

## **Plano prevê compensação em terras mais baratas. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 29/03/2016.**

Partiu de pesquisadores ligados à universidade uma proposta interessante de resolver o impasse da regularização ambiental no Estado, garantindo ao mesmo tempo maior cobertura vegetal a São Paulo e benefícios sociais a pequenos produtores sem reduzir a área de alta produtividade. A ideia é que o produtor compense seu passivo em São Paulo, mas em regiões mais baratas, como áreas montanhosas de baixa aptidão agrícola. A estratégia vem sendo impulsionada por cientistas ligados ao programa Biota da Fundação

de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Fapesp, e tem potencial de resolver a controvérsia.

"Além dos aspectos diretamente relacionados à biodiversidade, as áreas de Cerrado no interior paulista são de fundamental importância para a recarga de aquíferos como o Guarani", diz Carlos Joly, professor de ecologia vegetal do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e coordenador do programa Biotafapesp.

"Está se fazendo uma barulheira absurda em função de valores pequenos", avalia Ricardo Rodrigues, professor do departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP). Em suas contas há em São Paulo um milhão de hectares de pastos de baixa produtividade, em áreas de declive. Estão espalhadas na Serra da Mantiqueira, onde ficam também as nascentes dos rios.

"O agronegócio, em seu processo histórico, foi comprando áreas e empurrando pequenos proprietários para lugares de menor aptidão", explica Rodrigues. Estão hoje espalhados por morros, com atividades de baixo retorno econômico. "Produzem um pouco de leite, fazem queijo, e é só", diz ele.

A estratégia é desobrigar o setor produtivo de fazer a Reserva Legal em áreas de alta produtividade, mas pagar pequenos proprietários para fazerem as florestas em suas terras. "Para eles seria uma oportunidade de substituir pastos de baixo retorno por florestas que podem trazer renda com madeira, mel, plantas ornamentais e frutíferas".

Em São Paulo, formações de Cerrado se misturavam à Mata Atlântica. A Reserva Legal prevista em lei é de 20% da propriedade. Rodrigues faz as contas: as Áreas de Preservação Permanente (APPs) em recuperação podem ser contabilizadas como parte da Reserva Legal e, em média, representam 10% das propriedades. Ali ainda sobraram, no geral, mais 5% de fragmentos florestais. Se for assim, o proprietário precisaria de mais 5%, apenas, para recompor o passivo.

"O Cerrado tem espécies que podem vir a ser úteis e variedades selvagens que podem ser usadas na agricultura", diz o agrônomo Luciano Verdade, professor associado da USP Piracicaba. "Além disso, ambientes de Cerrado e Mata Atlântica respondem por mais da metade da captação de água para uso humano no Estado", continua. "São áreas que protegem mananciais. Se perdermos estas áreas podemos ter crises hídricas imensas."

Essas áreas florestais, além de contribuir com serviços ecossistêmicos como produção de água, também fornecem polinizadores. "Não é a legislação florestal que limita a agricultura brasileira, nunca foi. É a falta de infraestrutura." O agrônomo diz que é "quase um milagre" o sucesso da agricultura brasileira no exterior, a despeito da falta de terminais, portos e estradas. "A questão ambiental só assegura que a agricultura seja, de fato, sustentável no longo prazo."

---

### **Retrato da agricultura familiar em Rondônia. Najjar Tubino – Carta Maior. 30/03/2016.**

A agroecologia envolve a produção de alimentos sem contaminação, com a divisão do trabalho e renda entre homens, mulheres e jovens.

Mirante da Serra (RO) - O projeto Promovendo Agroecologia em Rede, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com apoio do BNDES e Fundação Banco do Brasil cumpriu a última etapa do ciclo de caravanas e da apresentação dos resultados da pesquisa do funcionamento dos núcleos sociais envolvidos na atividade. O estudo envolve 18 casos em todos o país e no caso da Amazônia com uma diferença: um núcleo familiar e um coletivo, do Assentamento 14 de agosto, composto por 10 famílias. Além disso, foram pesquisados dois outros núcleos em Santarém, no Pará.

É um longo percurso, envolvendo muitos territórios no país e que acumula uma quantidade de informações ainda inéditas na agroecologia brasileira. A metodologia aplicada já vem sendo testada pela AS-PTA no nordeste, mas é a primeira vez que os estudos são estendidos a regiões como o Pantanal, a região metropolitana do Rio de Janeiro, Chapada do Araripe, Litoral Norte do RS, Rondônia e Pará. O material será convertido em uma cartilha e um resumo da pesquisa será disponibilizado em pouco tempo.

### **Saiu do MT porque o fazendeiro queria a terra**

A família do seu Onofre Américo Costa, agora viúvo, composta por 11 filhos, a maioria trabalhando em outras atividades – somente dois permanecem no sítio Cruzeiro do Oeste – é um retrato da agricultura familiar em Rondônia. Mineiro, de São João do Oriente, seu Onofre primeiro migrou para São Paulo, onde trabalhou como carpinteiro, enquanto dona Lazineha e os filhos trabalhavam na terra que era do avô. Depois migrou para o Mato Grosso e em 1984

para Rondônia. Saiu do MT porque o fazendeiro vizinho estava pressionando para comprar o sítio. Comprou 21 alqueires em Mirante da Serra, pagou uma parte com a venda da terra e outra com o plantio de arroz na nova área.

O sítio Cruzeiro do Oeste era o refúgio dos sem terra quando começou a ocupação da fazenda Urupá, hoje Assentamento Padre Ezequiel. Quando os sem terra eram despejados, ou quando precisavam se esconder dos pistoleiros e da polícia buscavam o refúgio ali. Durante muitos anos, a família deixou de comparecer às festas em Mirante da Serra com medo dos pistoleiros, ou por temer represálias.

### **Diversificação da produção**

A família Costa sempre participou das atividades políticas, do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, das pastorais da igreja e dos movimentos sociais como MST e MPA. Uma das filhas estudou medicina em Cuba e voltou a Rondônia. Francisco Costa, conhecido como Chicão é um dos autores da pesquisa juntamente com a consultora Denyse Mello, Renata Garcia, Valdenir e Milaine Lopes. A área do sítio Cruzeiro do Oeste é de 44,5 hectares, trata-se de um agroecossistema em transição agroecologia e é constituído de oito subsistemas: mata, capoeira, SAFs, pastagem, cana-de-açúcar, consórcio de café e bandarra (Paricá), piscicultura e quintal.

No quintal produzem verduras e legumes, como inhame, acelga, alface, taioba, almeirão, cheiro verde, além da criação de galinhas. Na pastagem gado leiteiro, suíno e caprinos; na capoeira palmito de pupunha e abacate; no Sistema Agroflorestal produzem cacau, cupuaçu, banana, araçá, acerola, café, pupunha (fruto e palmito); no subsistema cana-de-açúcar rapadura, melado e açúcar mascavo; no consórcio café e bandarra; na mata madeira de ipê entre muitas outras espécies e na piscicultura produzem pirarucu.

### **Padrão dominante: pecuária, café e cacau**

A área de floresta corresponde a 33,5 há, é a reserva de recursos naturais, embora já tenha ocorrido exploração madeireira antes da família ter a posse. Os madeireiros na Amazônia sempre chegam à frente, derrubam o que tem mais valor, depois entregam para outros, que normalmente derrubam o resto, queimam e depois plantam braquiária, o capim africano que domina no estado. A opção pelo agroecológico ocorreu nos últimos anos, em função das

capacitações do projeto Padre Ezequiel na região, que desde o final dos anos 1980 divulga a agroecologia como forma de produção. Um trecho da pesquisa da ANA:

“- O terceiro ciclo de vida da família iniciou-se com a mudança para Rondônia. Inicialmente o ciclo caracterizou-se pelo aumento do capital, tamanho da terra adquirida, intensificação da participação nas organizações sociais e políticas do território, enfrentamento de conflitos agrários. O padrão de desenvolvimento dominante no território era claramente direcionado a desestabilização da agricultura familiar pelo estabelecimento de sistemas produtivos para pecuária de corte, monocultivo de café e cacau liderado pelo produtivismo do mercado de commodities e uso intensivo de agrotóxicos. A participação da família na forte organização social mudou essa debilitação para diversificação, com multiatividades, restabelecendo a fundamentação da agricultura com a natureza, por meio de novas formas de cooperação local”.

### **Desde 1996 não usam agrotóxicos**

A partir de 1995 começam o processo de diversificação da produção no sítio Cruzeiro do Oeste, com os sistemas agroflorestais utilizando mudas dos viveiros da Comissão Pastoral da Terra. Desde 1996 não utilizam mais agrotóxicos, buscam diversificar o quintal e a consorciação do café. Em 2011 conseguiram produzir uma tonelada de rapadura e aumentaram a área da cana-de-açúcar.

“- A família vem adquirindo bens duráveis ao longo dos anos. São infraestruturas e equipamentos utilizados no manejo das atividades, beneficiamento de produtos, e transporte. Em 1988 são beneficiados com projeto da máquina de arroz pelo fundo rotativo da diocese. Em 1996 compra um transformador de energia. Em 2000 conseguem comprar uma motosserra e uma motocicleta. Do período de 2003 a 2013 outras infraestruturas são adquiridas: constroem o curral, agroindústria familiar, fonte d’água da propriedade, despulpadora de frutas e um forno industrial. Em 2013, com a chegada do Programa Luz para Todos eles adquiriram eletrificação pública”, registra a pesquisa do projeto Promovendo Agroecologia em Rede.

### **Valor agregado fica na propriedade**

Em 2010 a família Costa consegue a primeira venda da sua produção nos programas do governo federal PAA e PNAE – de rapadura, café, carne animal, polpa de frutas. Em 2012, participam da Feira de Produtos Agroecológicos de Mirante da Serra, que completou quatro anos. A pesquisa da ANA ainda relaciona a participação da mulher, que neste caso é ativa na

formação da renda, mas ainda restrita a algumas atividades. A renda total da família, que envolve na verdade duas outras famílias tem participação majoritária das pluriatividades – salário de professora, venda de perfumes e biscoitos, aposentadorias e bolsa família. No caso deles o mais importante, com a saída da maioria dos filhos para atividades urbanas, é que a apropriação do valor agregado, com o uso de equipamentos e beneficiamento de produtos, fica retida na propriedade. A dependência externa também cada vez mais tende a diminuir, como a compra de insumos – ração, sementes, por exemplo. A agroecologia envolve a produção de alimentos sem contaminação, com a preservação dos recursos naturais, com a independência dos sistemas implantados e com a divisão do trabalho e renda entre homens, mulheres e jovens. Esta é a batalha que a pesquisa retratou em várias regiões do país e expressa uma visão reforçada do significado de se ter um sistema produtivo livre de venenos e com participação social e com resultados econômicos, que não se medem apenas pela renda monetária, mas também pelo autoconsumo e pelas trocas na comunidade.

---

### **Um dos programas mais eficientes no combate às desigualdades no país está sob ameaça – Carta Maior. 31/03/2016.**

O Programa de Aquisição de Alimentos vem enfrentando cortes orçamentários que enfraquecem o seu desempenho na segurança alimentar milhões de brasileiros.

Um dos programas mais eficientes do governo federal no combate a desigualdades e enfrentamento da pobreza, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), está sob ameaça, enfrentando seguidos cortes de recursos e esgotamento em termos de alcance, principalmente na Amazônia, onde desempenha um papel fundamental e necessário. Criado em 2003, no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o programa tem importante papel no combate à fome e na sustentabilidade socioeconômica de agricultores familiares - incluindo indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

O PAA adquire alimentos com dispensa de licitação e a preços compatíveis com os praticados nos mercados regionais, assegurando assim preço e mercado para os agricultores familiares. E, ao mesmo tempo, usa esses alimentos para garantir alimentação a cidadãos em situação de insegurança alimentar.

O Inesc preparou uma Nota Técnica, "PAA na Amazônia: uma promessa sob ameaça", para expor os principais desafios do PAA, principalmente na Amazônia, onde a pobreza

rural é preocupante. As autoras Nathalie Beghin (coordenadora da assessoria política do Inesc) e Alessandra Cardoso (assessora política da instituição) analisaram os dados do PAA entre 2012 e 2015, e confirmaram a fragilidade do programa, principalmente em relação aos públicos-alvos mais vulneráveis - ribeirinhos, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais.

"Por que um programa comprovadamente relevante para uma enorme diversidade de produtores excluídos do mercado convencional e, ao mesmo tempo, tão essencial para garantir a segurança alimentar e nutricional de grupos vulneráveis não consegue avançar como o esperado e demandando por um amplo conjunto de grupos sociais e entidades de agricultores familiares, no sentido mais amplo do termo?

Como pode sofrer sucessivos cortes de recursos e uma radical redução orçamentária em 2016, ano em que a crise fiscal e econômica tornam ainda mais vulneráveis grupos historicamente excluídos e marginalizados?

O que podemos esperar desse programa em um cenário de agravamento da crise fiscal, econômica e política no Brasil?

(...) Além do compromisso político do governo com diversos segmentos sociais que vocalizam a defesa desse programa, e a necessidade de sua ampliação, existe ou deveria existir um envolvimento legal com seu desempenho na medida em que estas asseguradas na lei do Plano Plurianual (PPA) metas vinculadas ao PAA que não estão sendo cumpridas.

Por isso, defendemos que o desempenho do PAA, assim como o de outras políticas públicas, pode e deve ser visto a partir da lente dos compromissos assumidos legalmente pelo governo federal nos seus Planos Plurianuais (PPAs), e não somente parte do compromisso político de um governo."

---

### **Projeto Biomas finaliza os plantios de 2016 no Pantanal – Site da CNA. 31/03/2016.**

Árvores como o jatobá, cumbaru, manduvi e jenipapo foram algumas das escolhidas para fazer parte das 2,5 mil mudas plantadas pelo Projeto Biomas no Pantanal em 2016. Com o replantio de 8 espécies nativas em quatro experimentos (iniciado na última semana de



janeiro e finalizado na penúltima semana de março), as equipes do Projeto dão continuidade às atividades que obtêm dados para a pesquisa. "O trabalho, agora, vai acompanhar os experimentos, as atividades de adubação, o crescimento e a sobrevivência dessas mudas. Os plantios previstos no Pantanal estão praticamente finalizados", afirma a coordenadora regional Catia Urbanetz, pesquisadora da Embrapa Pantanal.

Por meio dos sete experimentos implantados pelo Projeto, vários fatores são investigados: taxas de crescimento e sobrevivência das plantas, condições de adubação, podas de condução ideais das mudas, plantio de mudas versus plantio de sementes, recomendação de espécies adequadas para o plantio, além dos índices econômicos para avaliar a viabilidade econômica de cada modelo proposto. De acordo com Catia, o replantio é feito para substituir mudas que morreram ou que não se adaptaram às condições locais.

Confira mais informações sobre os experimentos que passaram pelo replantio:

- Escape da herbivoria bovina: mudas de manduvi, cumbaru, jatobá e piúva serão plantadas por três anos, até 2017. Ao final do quarto ano, a área do plantio irá receber rebanhos bovinos. Os pesquisadores vão investigar o período de tempo pelo qual as plantas precisam ser isoladas do gado para que este não se alimente delas.
- Espécies nativas associadas: 16 espécies foram plantadas juntas para atender a diferentes demandas das propriedades pantaneiras. O experimento possui árvores frutíferas, madeiras, produtoras de lenha e espécies que deverão auxiliar na recuperação do ambiente. O desenvolvimento das plantas será monitorado para gerar recomendações de plantio.
- Bactérias promotoras de crescimento: mudas de cumbaru foram substituídas pelas de louro preto no experimento que investiga a ação de bactérias que promovem o crescimento. Estudando mudas inoculadas e não inoculadas, os pesquisadores irão avaliar a interferência das bactérias na mortalidade e desenvolvimento das plantas.
- Desenvolvimento da piúva e do angico: o experimento avalia as condições favoráveis ao desenvolvimento das espécies. As mudas foram plantadas em diferentes condições de adubação, assim como graus de umidade variados. A equipe também analisa o potencial ambiental e silvicultural dessas espécies em solos como os do Pantanal – que, em geral, são arenosos, com baixa fertilidade.

A pesquisadora da Embrapa Pantanal afirma que os replantios são uma parte natural dos estudos realizados pelo Projeto, que avaliam plantios inéditos na região. "Medindo a sobrevivência das espécies, a gente pode recomendar com mais segurança aquelas que realmente podem ser plantadas dependendo das condições do local", diz. "A gente atingiu cerca de 85% das ações de plantio previstas pelos projetos atualmente financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Três deles já estão com os plantios 100% finalizados. Agora é preciso concluir as etapas previstas de acompanhamento dos experimentos".

Segundo Catia, o Projeto Biomas no Pantanal será executado até 2019. Os próximos plantios serão realizados assim que começarem as chuvas, o que deve acontecer a partir de novembro de 2016. "Ainda temos muitos dados para coletar, analisar e transformar em informação", afirma. "Como plantios como esses nunca haviam sido feitos aqui, vamos continuar aprendendo".

#### O PROJETO BIOMAS

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere. No Pantanal, o Projeto Biomas é coordenado pela Embrapa Pantanal, com o apoio da Embrapa Florestas, e conta com a colaboração das Universidades Federais do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e da Grande Dourados (UFMT, UFMS e UFGD), Universidades Estaduais do MS e MT (UEMS e UNEMAT) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

---

#### **AMAZONAS: Conab orienta produtores de juta e malva – Site da CONAB. 31/03/2016.**

A cadeia produtiva do setor de fibras de juta e malva foi tema de encontro realizado esta semana no município de Manacapuru (AM), com a participação da Companhia Nacional

de Abastecimento (Conab). O evento, promovido pela Cooperativa dos Juticultores do Amazonas (Cooperjuta) teve como objetivo buscar alternativas para fomentar a comercialização de juta e malva e fazer um balanço das atividades do último ano da cooperativa.

A reunião contou com representantes da Secretaria de Produção Rural e Sustentabilidade (Seprors), do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), da prefeitura de Manacapuru, além de produtores, autoridades e dirigentes do setor produtivo.

Durante o encontro, o representante da Superintendência Regional da Conab no Amazonas, analista de operações Thomaz Silva, falou sobre questões como preço mínimo e custo de produção do setor de malva e juta, cuja safra de 2016 está em início de colheita. O analista destacou pontos como qualidade dos produtos, pesagem e emissão do recibo de pagamento ao produtor e ressaltou a necessidade da cooperativa buscar novos mercados por meio do instrumento de compra institucional.

Piaçava - O fortalecimento da cadeia produtiva da piaçava também foi tema de reunião setorial em Manaus, com a participação da Conab. Durante o encontro com o Comitê Técnico da Piaçava, a Companhia apresentou balanço das subvenções oferecidas aos produtores por meio da Política de Garantia de Preços para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que oferece a subvenção direta aos extrativistas por meio do pagamento de um bônus, quando comprovam a venda do produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal.

No período 2012/2013, 86 extrativistas foram beneficiados com cerca de R\$ 24 mil referentes à comercialização de 62 toneladas do produto. Em 2014, foram 37 extrativistas beneficiados com R\$ 47 mil pela venda de 121 toneladas e, em 2015, o valor concedido foi de R\$ 8 mil referentes a 43 toneladas do produto comercializado por 18 extrativistas.

---

### **Cartilhas ensinam como cuidar de suínos desde a granja até os frigoríficos – Site do MAPA. 31/03/2016.**

Publicações do Mapa tratam de medida para o bem-estar animal

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) disponibilizou na internet três cartilhas sobre bem-estar na produção de suínos. As publicações abordam o

tratamento dos animais nas granjas, o transporte e os processos que devem ser adotados nos frigoríficos. Os textos são de especialistas em suinocultura e podem ajudar os profissionais que trabalham em toda a cadeia produtiva.

As cartilhas foram elaboradas pela Comissão de Bem-Estar Animal do Mapa em parceria com a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), Embrapa Aves e Suínos e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Uma das publicações ensina os procedimentos que devem ser adotados nas granjas em relação a questões como nutrição, biossegurança e climatização do ambiente. “Outro tema importante é a movimentação e a densidade adequada, isto é, quilos de suíno por metro quadrado. Caso a densidade seja muito elevada, isso pode causar estresse nos suínos e problemas de comportamento, como a agressividade”, diz a coordenadora da Comissão de Bem-Estar Animal do Mapa, Lizie Buss.

#### Transporte

O transporte dos animais é tema de outra cartilha. De acordo com Lizie, nela estão os processos de planejamento e preparação do embarque de suínos para reduzir o estresse dos animais. O início do embarque dos animais, segundo a publicação, deve ser pelas baias mais próximas ao embarcadouro, e os grupos conduzidos devem ser pequenos – dois a três suínos por manejador.

A terceira cartilha mostra como deve ser feito o desembarque dos animais quando chegam aos frigoríficos, que devem ter estruturas para recebê-los, com higienização das instalações para o abate humanitário.

“O abate humanitário é obrigatório no Brasil e em vários países”, ressalta Lizie. “A competência dos profissionais responsáveis é essencial para o abate. A sociedade deve saber quais os requisitos básicos para um bom abate e como ele deve ser desenvolvido. Além disso, as pessoas precisam buscar saber a origem da carne que compram, evitando consumir produtos clandestinos.”

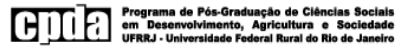
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 foram abatidas 39,26 milhões de cabeças de suínos no país.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite



**Pesquisadores**  
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa